

## Africanos vivem em barracas

SÓ EM Lisboa e Setúbal existem nove "aldeias" de africanos com mais de 2000 pessoas e 20 com mais de mil. As condições de vida são as piores. Um estudo ontem divulgado confirma ainda que, em Lisboa, reside a maioria de africanos que imigraram para Portugal e que os cabo-verdianos constituem a maior comunidade de imigrantes residente em Portugal. Os números do estudo não contradizem os oficiais, mas revelam que estes são pouco exactos.

O alojamento tipo barraca é a habitação mais frequentemente encontrada em 44 de 106 bairros degradados das áreas metropolitanas de Lisboa e Setúbal, habitados em grande parte por população africana.

Em outros 20 bairros, a habitação social aparece como forma predominante de alojamento. Estes números, apresentados ontem em conferência de imprensa, em Lisboa, resultam de um estudo do Centro Padre Alves Correia (Cepac), realizado durante todo o ano de 1994 e nos primeiros meses de 1995, e que pretendia recensear as pessoas de origem africana residentes nas zonas de Lisboa e Setúbal.

O estudo "Os Números da Imigração Africana" define africano como "todo o cidadão filho de pais de origem africana até à segunda ou terceira geração", mesmo que já nascido em território

nacional, mas que tenha em África as suas referências sociais, "os vulgarmente chamados 'pretos' ou 'mestiços'". Não pretendia, portanto, o Cepac contabilizar quantos imigrantes clandestinos residem em Portugal, mesmo depois do período de legalização extraordinária de há dois anos. Mas os números agora divulgados por aquela instituição ligada aos Missionários Espiritanos indicam que os números oficiais existentes — Recenseamento da População e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras — também não são exactos, conforme o PÚBLICO já fizera notar (ver edição de 17-11-94), quando divulgou em primeira mão os resultados preliminares deste estudo.

O Censo de 1991 indica que há, em Portugal, um total de 28.326 africanos mas o estudo do Cepac contabilizou, só em 106 bairros de Lisboa e Setúbal, 40.904 cabo-verdianos e um total de 66.513 africanos. O padre Firmino Cachada disse ontem, na conferência de imprensa, que não é sua intenção provocar "guerras de números", embora chamasse a atenção para a incorrecção de alguns dos dados oficiais.

As inexactidões chegam ao ponto de, num relatório do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), haver contas mal feitas: ao contabilizar residentes estrangeiros autorizados, somam-

se 16 naturais de Trinidad e Tobago quando a soma das parcelas por distritos dá 15.

Partindo do estudo realizado pela instituição que dirige e no confronto com os restantes dados disponíveis, Firmino Cachada calcula em cerca de 160 mil o número de africanos que residirão em Portugal. Destes, metade deverá ser cabo-verdiana. O Governo, via SEF, aponta para 68.945 o número de africanos de expressão portuguesa legalizados em Portugal, à data de 31 de Dezembro de 1994.

Não pretendendo determinar o verdadeiro número de clandestinos, o padre Cachada pensa que quem conhece a situação no terreno pode falar de "largos milhares", já que todas as sistematizações feitas se revelam deficitárias. As pessoas nessa situação, diz Firmino Cachada, revelam-se sempre "esquivas a qualquer abordagem de tipo recenseatório", preferindo estar empregados, ainda que explorados e mal pagos, a correr o risco de ser detectada a sua ilegalidade.

### Quantos, quem, onde

Salta à evidência dos números revelados por este estudo a identificação que existe, em grande parte dos casos, entre imigrantes, africanos, e residentes em bairros degradados, sem quaisquer infraestruturas. Desde os bairros de barracas até aos de habitação precária, habitação social ou outros aglomerados mais ou menos híbridos. Em todos eles, falta a luz doméstica, a água canalizada, o saneamento, o comércio, ou mesmo as es-

colas ou a creche.

A geografia africana de Lisboa e Setúbal mostra que os cabo-verdianos são a comunidade mais numerosa, com mais de 40 mil pessoas. Há, depois, 12 mil angolanos, sete mil guineenses, três mil são-tomenses e quase dois mil e 500 moçambicanos. A distribuição por concelhos varia e notam-se mesmo significativos "vaivéns de um lado para o outro do Tejo". Os cabo-verdianos são, de novo, os que apresentam uma maior diversidade na distribuição por concelhos, embora se concentrem essencialmente na Amadora (13052) e em Oeiras (9787). Em termos distritais, estão mais em Lisboa (33275), sendo, a grande distância, a maior comunidade residente na capital.

Os angolanos e moçambicanos, "imigração que teve lugar, sobretudo, nos anos que se seguiram à independência dos respectivos países, fixaram-se sobretudo no concelho da Moita (3380 e 1020, respectivamente) e, mais concretamente, no Vale da Amoreira". Os guineenses concentram-se essencialmente no concelho de Loures (Quinta da Serra, com 1500 pessoas daquela origem). Os são-tomenses distribuem-se "quase equitativamente por quatro concelhos (Loures, Amadora, Almada e Lisboa).

O Centro de Estudos Padre Alves Correia é uma instituição de solidariedade social dos Missionários do Espírito Santo que acompanha e apoia as minorias étnicas em Portugal. Para a realização deste estudo sociológico-demográfico, contou com o apoio do Programa Horizon, da União Europeia. ■

Luís Gouveia Monteiro

### AOS BOLSISTAS CABO-VERDIANOS

Aproximam-se as eleições em Cabo Verde.

Participe do recenseamento.

Comunique-se com o Consulado.

O prazo de recenseamento encerra-se em 19 de julho.

Não deixe para a última hora.

Para maiores informações, entre em contato com o Consulado.

# Os idos de cinquenta(III)

NOVO JORNAL, 21.6.95

José Leitão da Graça

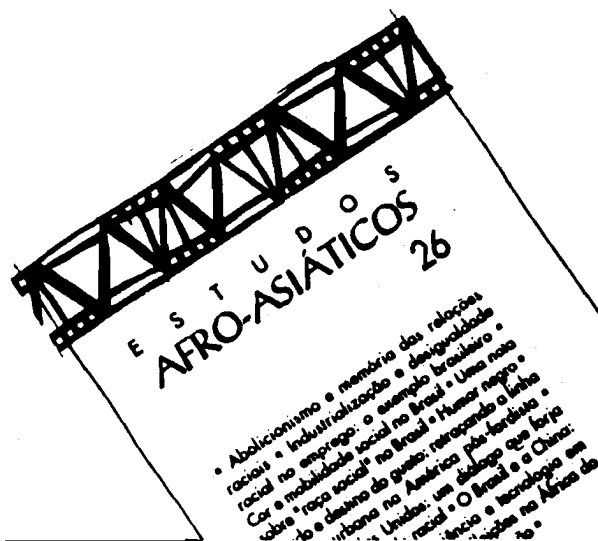
3. AS ELEIÇÕES presidenciais portuguesas de 1958 ocorreram comigo já no Mindelo. Muitos alunos do Liceu, mais por entusiasmo do que por convicção, empenhavam-se à sua maneira na campanha eleitoral tomando partido por Humberto Delgado. Não me cansei de demonstrar-lhes na Praça Nova e onde quer que os encontrasse, que não havia utilidade prática em apoiar qualquer dos candidatos, que era outro o nosso problema: a conquista da independência. Foi então que travei conhecimento com Arlindo Vicente e Lucílio Braga Tavares, entre outros santiaguenses que frequentavam o Liceu. Mas liguei-me estreitamente com o António Estrela e alguns outros estudantes de diversas ilhas, hóspedes do Sr. João Miranda, que constituíram sob a minha orientação, um núcleo a favor da independência. Fazia então discursos a favor de Américo Tomás, candidato salazarista à presidência, um farmacêutico português casado com uma professora de Literatura portuguesa. E, para o contestarem, os alunos propagaram o feliz *slogan*: "Fulano é bom locutor, Sicrana, boa escritora!" Tal era o meu esforço de mobilização junto dos alunos do Liceu na Praça Nova, que certa

noite, próximo do Cruzeiro, o Dr. Júlio Monteiro, que era então administrador do concelho, chama-me para me segredar: "Acautele-se. Recebi de Lisboa uma confidencial a seu respeito". Com efeito, só em 1960 é que o Pide se instalaria em Cabo Verde. Os meus contactos não se limitavam aos estudantes, estendiam-se aos estivadores, bem como ao capitão e tripulantes do veleiro "Gavião dos mares".

3.1. Contava servir-me do cineclubismo para fins políticos clandestinos em Cabo Verde. Fora membro em Lisboa de, pelo menos, dois cineclubes (A,B,C e Universitário) e nesse aspecto acumulara alguma experiência e *savoir-faire*. O Manuel Duarte aderira à ideia, mas devido ao cargo que exercia no Mindelo não pudera pô-la em prática. Acompanhado do velho Nhô Reis, o conhecido maestro e músico, fazia-me diariamente visitas à boca da noite. Através deles fui-me inteirando da situação que prevalecia na cidade. Para além das "eleições", o evento que mais preocupava o meio mindelense era o conflito entre as companhias de carvão inglesa remanescentes e os "carvoeiros". A causa fora ganha pelo Dr. António Rosa que

defendia os interesses dos estivadores. À saída do Tribunal foi triunfalmente saudado pelos trabalhadores.

3.2. Entretanto, três meses depois do meu regresso foi a vez de Abílio Duarte que proveniente de Bissau chegava ao Mindelo. Das discussões havidas entre nós era patente que a estratégia de luta contra o colonialismo por ele sustentada, afinal por largos anos do PAIGC!, se opunha à por mim defendida. Primeiro, sustentava ele, os cabo-verdianos deveriam contribuir para a luta na própria Guiné onde as condições de vitória eram melhores do que em Cabo Verde. Numa palavra, subordinava a libertação de Cabo Verde à prévia libertação da Guiné-Bissau. Contrapunha eu a seguinte estratégia: em primeiro lugar, dotar Cabo Verde de uma organização clandestina e, depois, independentemente da situação na Guiné, desencadear a luta violenta na modalidade a determinar no futuro. Não podia haver entendimento, cada qual seguiu caminho próprio. Decidi, pois, por algum tempo recuar para a Praia, onde fiz novos contactos com uma juventude estudantil e certos funcionários entusiastas.



Sob o signo da cibernética

# Recenseamento eleitoral sobre rodas

*As primeiras actividades para o processo do recenseamento eleitoral iniciaram-se, na segunda-feira, em todos os postos do país, com a inscrição dos potenciais eleitores, exceptuando os do Concelho da Praia. A inscrição de 200 mil eleitores em Cabo Verde e 50 mil na diáspora é a meta a atingir com o presente recenseamento que vai viver sob o auspício da cibernética. Cifra orçamental aponta para um gasto de 30 mil contos para a sua informatização e 20 mil para aquisição de materiais fotográficos para permitir a emissão de cartão do eleitor.*

NOVO JORNAL, 21.6.95

**O**s elementos para a Comissão de Recenseamento do Concelho da Praia, cuja não indigitação provocou atraso no início dos trabalhos nesta localidade, foram designados, na sexta-feira, pela Comissão Nacional Eleitoral de entre os nomes propostos pelos partidos políticos formalmente constituídos. A demora na sua constituição deveu-se ao facto do Município da Praia não possuir, há muito tempo, uma Assembleia Municipal para cumprir um dispositivo legal.

Segundo o cronograma das actividades, o período de inscrição decorre de 19 de Junho a 17 de Julho, em simultâneo com o pedido de informação aos organismos públicos sobre os eleitores com capacidade eleitoral. Prevê-se um período de 15 dias, que medeia entre 19 de Julho a 2 de Agosto, para a elaboração dos cadernos eleitorais. Até Outubro, altura em que será publicitado de 10 a 24, no Boletim Oficial, o número de eleitores inscritos e sua divulgação na Comunicação Social, estabeleceu-se prazos rigorosos para reclamações, recursos ao tribunal, tempo para a correcção das inscrições nos cadernos eleitorais, entre outros assuntos previstos pela lei eleitoral.

Todos os concelhos do país estão na posse dos materiais para o recenseamento dos potenciais eleitores. Com a distribuição, na sexta-feira, do material fotográfico, completaram-se assim os equipamentos distribuídos para esta grande operação, onde se conta com livretos para inscrição, computadores e material propagandístico.

"A nível nacional todas as comissões dispõem de um fundo para as primeiras despesas" - informou Leão Barreto, director do Serviço de Apoio ao Processo Eleitoral - "e já se efectuaram acções de formação para os elementos que compõem todas as comissões, para além dos agentes nos postos de recenseamento. Esta actividade foi desempenhada por dois técnicos. Um da nacionalidade portuguesa e quadro da empresa Intersismet que é a empresa gestora para a informatização, e uma técnica nacional encar-

regados de dar formação aos operadores. A computarização dos serviços do recenseamento foi financiada pela União Europeia e constitui a grande novidade para esta campanha. Em súmula trata-se de um sistema informativo descentralizado em cada concelho, dotado de um sistema central para onde se envia as disquetes. O projecto prevê no futuro a criação de uma rede mais complexa com um serviço central.

A maior dificuldade nesta operação em que se quer emitir igualmente um cartão do eleitor foi a constituição de uma equipa de profissionais de fotografia para ministrar cursos aos fotógrafos locais. Leão Barreto reconheceu que esta formação começou tardiamente, mas tal deveu-se, essencialmente, a demora na recepção dos materiais fotográficos. "Não é possível ter uma máquina fotográfica em cada posto, pois isso encareceria ainda mais o projecto" - disse - "neste momento só dispomos de um sexto das máquinas necessárias à operação. Para solucionar esta dificuldade, decidiu-se por máquinas permanentes nos postos com maior número de população e para os outros a solução encontrada foi a criação de equipas móveis".

## Rentabilizar as máquinas fotográficas

A maior dificuldade, segundo Leão Barreto, vai ser, naturalmente, rentabilizar essas máquinas. Contudo, abre a hipótese do mesmo ser possível já que os cartões dos eleitores estarão prontos só depois da versão definitiva dos cadernos eleitorais.

Em todo o país existem 16 comissões. Cada uma delas é composta por cinco pessoas. Enquanto isso, os postos de recenseamento devem ultrapassar os 500. Para o director do Serviço de Apoio ao processo eleitoral da Presidência do Conselho de Ministros, a meta é atingir, com esta acção de recenseamento, cerca de 200 mil eleitores no país e, aproximadamente, 50 mil na diáspora e no que se refere ao estrangeiro os postos estão aptos a funcionar. Alemanha, Suíça, Itália, Canadá, Holanda, França, S. Tomé e Príncipe, Rússia, Senegal, Angola, Espanha, Moçambique, Portugal, Boston (EUA), Havana (Cuba) são os países

onde foram constituídas comissões de recenseamento as quais possuem no máximo cinco elementos.

## 100 mil contos de gastos

Estima-se que os custos para a efectivação do recenseamento ultrapassem os 100 mil contos, entre as despesas e a formação do pessoal, incluindo o das comissões, material de propaganda, a informatização e o material fotográfico. Para estes dois últimos já foram determinados os seus custos reais. 30 mil contos são os gastos relativos à informatização que contou com uma formação de cerca de quatro pessoas para cada concelho exceptuando Praia e S. Vicente que exigiram mais pessoas, e 22 mil contos para a fotografia.

A emissão do cartão do eleitor é outra inovação no actual processo de recenseamento. Como elemento de identificação completa, o cartão do eleitor terá impresso, para além dos dados pessoais do portador, a sua impressão digital e uma fotografia. A emissão do cartão vai permitir, entre outros, que se actualize o recenseamento para o próximo ano tendo por base a perda da capacidade eleitoral activa, por morte ou transferências.

"A informatização" - segundo Leão Barreto - "tem vantagem não só na organização do recenseamento, mas também na introdução de uma melhoria considerável na administração eleitoral em si" - defendeu Leão Barreto para acrescentar que poucos países conseguiram informatizar a cem por cento os seus serviços de recenseamento. "É um grande passo para Cabo Verde" salientou.

Entretanto, a Comissão Nacional Eleitoral não tem sede e encontra-se sem equipamento e orçamento, o que dificulta sobremaneira a sua acção, soube Novo Jornal Cabo Verde. Porém, dentro de uma semana terá disponível uma instalação no antigo edifício dos TACV onde se situa a Aeronáutica Civil o que lhe vai permitir criar serviços mínimos.

# UNITA envia delegação para contactos a Luanda

NOVO JORNAL, 21.6.95

*O "clima de confiança" entre o governo e a Unita é um facto "e mantemos uma relação privilegiada, que permite tornar mais expedito" o processo de paz, disse anteontem Abel Chivukuvuku, à chegada a Luanda.*

**C**hivukuvuku, conselheiro político de Jonas Savimbi e antigo responsável pelas Relações Externas da Organização, chefiava uma delegação do seu Partido vinda do Bailundo, Huambo, que em Luanda tratará com as autoridades angolanas aspectos relacionados com o Protocolo de Lusaca, que carecem de "alguma celeridade".

"Nós tratamos com o governo de estabelecer uma agenda, para que possamos na medida do possível tornar mais expedita a aplicação de determinados aspectos do Protocolo de Lusaca e, sobretudo, criar mais confiança e andarmos mais depressa, mas também seguramente", afirmou Chivukuvuku. "Temos uma agenda bastante importante".

Para o conselheiro de Savimbi, a aplicação do processo de paz está no bom caminho. "Temos dado passos bastante bons, se tivermos em referência os primeiros meses da aplicação do protocolo, quando havia ainda muito cepticismo pelo país e muita duvida", comentou.

"Hoje, pensamos que a todos os níveis se acredita no processo, mesmo se há pequenas dificuldades, o que conta é a vontade política", constatou. "Neste momento, penso que ninguém tem dúvidas de que da parte da Unita e da parte do governo há vontade política".

Sobre o aquartelamento das tropas da Unita, Chivukuvuku disse pensar "que tudo isto está estabelecido em termos de 'timing', do quadro em que se deve realizar". E acrescentou: "é mesmo por isso que estamos aqui para, com o governo, encontrarmos as soluções que nos permitam mais rápida e seguramente aplicar todas as cláusulas constantes do Protocolo de Lusaca".

Quanto à decisão do Comité Cen-

tral do Partido governamental, MPLA, de criar duas vice-presidências, uma delas a atribuir a Savimbi, Chivukuvuku disse que "a Unita, como partido, não tem ainda comunicação oficial do governo" a esse respeito.

"Nós vamos esperar que o governo faça as 'demarches' que convêm e, nessa altura, as instâncias do partido dirão alguma coisa", apontou.

De acordo com Chivukuvuku logo que as condições estiverem reunidas, Savimbi irá para Luanda: "não falamos ainda com o governo (sobre) como vão os preparativos. Mas Luanda é capital de Angola, Angola é a nossa terra e o Dr. Savimbi é o líder de um partido político. Claramente, tem de vir a Luanda".

Sobre os incidentes dos últimos dias um pouco por todo o país, Abel Chivukuvuku não vê "motivos para preocupação".

"Na nossa óptica, declarou, o processo tem andado bastante bem. Não quero com isto dizer que talvez não subsista um problema aqui e acolá, isto é normal num processo como este, mas queremos fazer com que nem mesmo estes pequenos problemas subsistam. Por isso é que estamos aqui com o governo e sabemos que o governo tem vontade de cooperar connosco".

"Nós temos vontade de cooperar com o governo, nós vamos resolver estes problemas, caso existam", referiu.

A delegação da Unita é composta por nove elementos e, além de Chivukuvuku, integra o Chefe do Estado maior das tropas da Unita, general Arlindo Chenda Pena "Ben Ben", Franco Marcolino, o general dos serviços de segurança da Unita Artur Vinama e o coronel Chijamba.

A delegação será reforçada nos seus contactos em Luanda com o chefe da sua representação na Comissão Conjunta de aplicação do protocolo de paz, Isaias Samakuva, pelo seu chefe da componente militar na comissão, brigadeiro António Urbano Chassanha, e pelo jurista Vitorino Hossi.

## "Ben Ben", três anos depois de dado como morto

O chefe do estado-maior general das tropas da Unita (FALA), general Arlindo Chenda Pena "Ben Ben", dis-

se que hoje traz um "espírito patriótico" a Luanda, três anos depois da sua fuga da capital angolana, onde foi dado como morto.

À sua chegada a Luanda, integrado na delegação enviada do Quartel-General da Unita no Bailundo, "Ben Ben" disse que vive em paz desde que saiu da cidade, que se superou a todos os níveis e que consigo mora "um espírito patriótico".

Quanto ao aquartelamento das suas tropas, afirmou que "o governo e a Unavem (Missão das Nações Unidas em Angola) estão a tratar e a preparar as áreas e eles falam disto melhor do que eu".

No aeroporto de Luanda e numa zona adstrita à companhia de aviação ligeira angolana "SAL", via-se uma pequena multidão atenta à chegada do avião com a delegação da Unita.

Ignorava-se, entretanto, se a multidão era de familiares das vítimas do acidente em que sábado morreram cerca de três dezenas de pessoas, entre jornalistas, futebolistas e responsáveis da empresa de gestão de empreendimentos "Maboque" na província de Benguela.

Mas quando o aparelho abriu a porta e dela saiu "Ben Ben", a população aproximou-se para de perto constatar se se tratava da pessoa que muitos duvidavam esteja vivo.

Alguns comentaram "é ele mesmo, ele está vivo" e um incrédulo comentou que, "vê lá, em Angola também já se fabricam sósias e pode ser o caso".

Estas exclamações tocaram fundo no coração do ex-guerrilheiro, que se emocionou a ponto de não olhar para quem o cumprimentava, dirigindo a sua atenção aos populares que o apontavam a dedo.

Em Luanda e nos dias seguintes aos combates após eleições de 31 de Outubro e 1 e 2 de Novembro de 1992, a Televisão Popular de Angola passou imagens de uma caveira que se dizia ser de Ben-Ben. Especialistas em criminologia e anatomia desenvolveram testes para provar que era do chefe militar da Unita.

Este facto faz com que a população de Luanda não acredite que "Ben Ben" e o líder da Unita, Jonas Savimbi, sejam de facto eles próprios mas sim seus sósias. "Leva tempo, mas irão acreditar", comentou uma fonte da Unita.

# MOÇAMBIQUE

# A LONGA ESPERA

A proclamação da independência ocorreu em Maputo, até esse dia Lourenço Marques, faz no próximo domingo 20 anos. Mas foi em Mueda, território do povo maconde, que o princípio do fim da colônia portuguesa começou a escrever-se, quinze anos antes. Repórteres do PÚBLICO percorreram Moçambique durante três semanas. O seu olhar, das campas rasas que o capim tapou no velho e abandonado cemitério de Mueda à

capital onde tudo se encontra "em reabilitação" incluindo as pessoas, marca o início de uma viagem jornalística plural e multifacetada, todos os dias, até ao final da semana, pelo país de Samora Machel e Afonso Dhlakama. Um país onde um jornal acaba de aproveitar a liberdade para propor, para bandeira, o desenho de uma mão de todos os partidos estendida à caridade internacional.

75  
vinte  
anos  
de  
independências

95

## Sim à corrupção não à guerra

Reportagem de César Camacho (texto) e Luís Ramos (fotos)

PÚBLICO, 20.6.95

MUEDA, NORTE de Moçambique, 16 de Junho de 1995. É o local que melhor representa a má consciência de duas nações. Portugal e Moçambique. É o símbolo de uma guerra suja. Joaquim Chissano, o Presidente moçambicano, esteve lá nesse dia para inaugurar o memorial dedicado às "vítimas do massacre de Mueda", que ocorreu em 16 de Junho de 1960, quando militares do Exército português dispararam contra civis desarmados.

É um cemitério murado, caído de branco, com um bloco de cimento no meio a chamar a atenção para a data. Um cemitério novo. A menos de 200 metros está outro cemitério. Velho. Abandonado. Lá dentro estão umas dezenas de campas rasas que o capim tapou. "Aqui jaz João de Brito Vale, soldado nº 2304/64, morto em combate no dia 30 de Julho de 1965. Nasceu em Pechão, a 8 de Dezembro, Dia de Nossa Senhora da Conceição, em 1943".

O capim pode muito bem chegar aos três metros de altura. Talvez mais. Verga com a passagem do vento mas não parte. Entreteçando-o, estão quantidades assustadoras de feijão-macaco, ou "feijão-maluco", como também chamam a essa vagem, inútil, coberta por uma penugem alourada que, em contacto com a pele, nos faz coçar incontrolavelmente, até ficarmos em carne viva.

O velho cemitério de Mueda está infestado. É um espaço em forma de quadrado. Serve-se da sombra fresca de três enormes árvores-manga, nascidas muitos anos antes dos muros de adobe. O portão em ferro, de duas bandas, foi vencido pela ferrugem. Da última vez que lá enterraram alguém, em 1973, as portas ficaram entrelaçadas, até hoje, ano de 1995.

Só agora, alguém, bem-intencionado, achou que o cemitério velho, com todo aquele capim, alto, destoava da obra nova ao lado, caíada e prestes a ser inaugurada.

E, uma vez em 25 anos, cortou-se o capim do cemitério velho. Um corte à altura das cruces. Ao menos para que se vissem os sinais cristãos que demarcaram a última morada de todos aqueles desconhecidos.

Cá fora, muitas crianças e algumas mulheres, do aldeamento que tem sobrevivido ali mesmo à frente daqueles muros sem cor, interromperam o alarido com que tinham acompanhado aqueles três inesperados visitantes brancos. Parecia que se tinha alcançado um sentimento comum de respeito, feito de silêncio.

A verdade é que o desprezo pela vida se enraizou com tal peso que o respeito pela morada dos mortos quase desapareceu, contrariando a própria cultura da gente maconde.

Um dos visitantes baixou-se até ao denso tapete de capim, ainda mal seco, coçando há menos de uma semana. Alisou-o com as mãos e deparou com outra inscrição. "BAT1580. Companhia 1510. Soldado 41.598/65. Morto em combate no dia 3 de Março de 1968". A sepultura ao lado já não tinha a lápide. Por qualquer acaso, essa era de mármore, verdadeira, mais fina, menos pesada. Alguém a levou e, segundo contaram, fez dela bancada de cozinha, na cidade Pemba, nesse tempo conhecida por Porto Amélia.

Foi em Mueda, território do povo maconde, que tudo começou, há 35 anos. A administração colonial tinha conseguido um quase milagre. Quatro fontanários, erguidos nos lugares estratégicos da principal povoação do planalto. Uma obra que mereceu danças e cantares do povo maconde, gente guerreira.

De facto, eles eram mais apetentes para a caça, para a luta que para as campanhas de apanha do algodão. Muitos deles eram artistas. Escultores. Trabalhavam a madeira "pau-preto", usando ferramentas rudimentares. Quem oferecesse uma

"goiva" ou um formão a um desses artistas tinha-o eternamente devotor, porque ele haveria de preferir sempre a ferramenta a qualquer das medalhas que enchiam as malas especiais do SPM (Serviço Postal Militar) em todos os dias 10 de Junho. Paulo, o maconde, foi assim. No 10 de Junho de 1967 antes quis uma espingarda AR-10 e uma caixa de ferramenta, em vez do fato novo e da Cruz de Guerra que lhe quiseram entregar e não lhe diziam nada.

Foram estes artistas e capadores do planalto dos macondes que, em 16 de Junho de 1960, se juntaram frente ao edifício da administração colonial. Eles não compreendiam que o "milagre da água", que saía das fontes, lhes ia ser cobrado. Uma "quinhenta" — cinco tostões — por cada lata que comportasse 10 litros. Quando foram sentar-se à frente da casa do administrador iam com a ideia de reclamar um bem, a água, que jamais tinha custado dinheiro.

Os homens do pequeno destacamento militar enviado de Porto Amélia (Pemba) para manter a ordem não estavam preparados para aquele cenário. Viram homens de cara tatuada, dentes aguçados, aplicando-se numa linguagem gestual que os ultrapassava. Alguém, em exercício de comando, perdeu a cabeça. As espingardas Mauser e as metralhadoras FBP dispararam. Morreram perto de 600 pessoas, nesse entardecer. E, embora a administração colonial não o soubesse, tinha-se aberto mais uma frente de guerra, com a vila de Mueda, maconde, no lugar de símbolo máximo.

Também é importante saber que os jovens macondes já não inscrevem na face a simbologia das suas famílias. Já não se usa — dizem os novos senhores, aparecidos do Sul, particularmente de Gaza, terra de Joaquim Chissano. Talvez por essa evolução o recinto que hoje presta homenagem às vítimas do massacre de Mueda

alberge apenas duas lápides de mármore, enormes, a dizer bem que espaço é o que ali não falta. Uma delas pertence à falecida esposa do ex-ministro da Defesa, a senhora Chipande. Parece que não teve nada a ver com a efeméride celebrada. A outra não tem nenhuma inscrição. É uma espécie de homenagem a todos os mártires sem nome.

### POVO NOBRE, PEDINTE

É triste chegar à capital moçambicana e ouvir dizer o que vale e o que não vale nos nossos dias. "É preferível a corrupção à guerra". Corrupção, sim! Guerra, não! É a divisa mais ouvida, associada ao termo "reabilitar". Quer dizer que a melhor desculpa para um assessor de um prédio não funcionar é dizer que está "em reabilitação".

Foi o caso, na Escola-Hotel Andaluçia. Em Maputo. Hóspede que quisesse descer ao terceiro andar, marcava para o quarto, não, desceu as escadas e colocava-se no seu nível de habitação. Perguntou-se porquê. "Ele — o elevador — está em reabilitação", respondia, invariavelmente, o empregado acompanhante.

Vendo bem, tudo está em reabilitação. Incluindo as pessoas. A mão estendida aparece logo que se desmbarca. Quando se abrem as malas, começa-se a pagar. Até à porta de saída é um trajeto curto mas complicado. As mãos multiplicam-se nas pagas das malas e dos sacos de viagem. Continua-se a pagar. Sempre.

Os polícias de trânsito, por exemplo, já estão mais discretos. Mandam parar o carro que transporta os repórteres. É de noite, há um farolim partido. O agente manda encostar, gesticula, apontando o farolim. Diz que "é multa aí para 200 con-

Continua na pág. 6



Continuação da pág. anterior

# Sim à corrupção não à guerra

tos" (equivalente a 30 dólares). O condutor sorri, diz que vai negociar e sai do carro. Minutos depois volta e diz que o agente está a "ponderar a decisão" de mandar o carro para o parque. Situação que o condutor queria evitar a todo o custo. Se o carro fosse guardado no parque da polícia, podia lá não estar na manhã seguinte.

Tínhamos mesmo que negociar. O graduado deu a ordem a um agente de giro, que negligentemente balouçava a espingarda metralhadora. Com um sinal de dedos gritou: "Vai levar esse no parque."

O polícia entrou no carro e começou a indicar o itinerário. "Vira à esquerda, vira à direita, encosta, para..." Era de facto um sítio discreto, escuro, sem ninguém. O condutor desembolsou 15 dólares. O polícia abalou a assobiar. Só era de esperar que naquela noite não nos cruzássemos com mais algum polícia com defeito de dinheiro de bolso. Mas, bem vistas as coisas, nem se pode chamar corrupção a esta modalidade com que os polícias asseguram algum rendimento extra. Os salários mé-

dios são uma miséria e uma desgraça desculpa a outra.

Pior é quando se sabe que a polícia arreastou umas quantas centenas de sacas de caju, com a garantia de ensecamento automático, selado. A castanha equivalia a cerca de 40 toneladas de haxixe. Uma fortuna que, repentinamente, ficou sem dono. O empresário, paquistanês, garante que é apenas proprietário dos camiões que transportavam a mercadoria. Talvez o motorista, pago a 200 mil meticais por mês (quatro contos), soubesse o segredo de alquimia capaz de transformar caju em haxixe. A polícia recebeu instruções, de cima, para não facultar mais informações sobre este estranho caso. Para "não prejudicar as investigações", segundo a imprensa local.

## LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Quando se pergunta o que pensam os moçambicanos de tudo isto, respondem

que a corrupção é preferível à guerra. Falam orgulhosamente de uma grande conquistada. Liberdade de expressão. Já se pode criticar. Até já se pode dizer mal do Governo.

Os cartoonistas já podem ridicularizar o quotidiano de pedinchico, da mão estendida, o gesto mais comum e frequente. Foi assim que o semanário "Savana", publicado em Maputo, editou uma curiosa proposta para um novo símbolo nacional. Bandeira. O desenho mostrava todos os partidos representados no parlamento, com um sinal comum. Uma mão estendida à generosidade da comunidade internacional.

"Está a pedir" — um gesto que por vezes parece convergir com os mais velhos mas não incomoda nada os mais novos. E repetem até à exaustão: "Corrupção é o que está a dar." E os mais velhos dizem

que "no tempo do Machel não era nada assim..."

"Nem os sul-africanos puderam alguma vez acusar o Samora de ser corrupto." Então e agora? Risco-se. Tudo se compra. Tudo se vende. Impostos ninguém paga. O tesouro público vive dos países doadores. Quando se aborda o tema cooperação, não se nota nenhuma atenção especial para Portugal. "Portugal é o que dá fundo. Ainda não curou as feridas do passado." Percebe-se que, exceptuando a cooperação no domínio militar, o investimento português não tem significado, ao lado das investidas de franceses, italianos e espanhóis.

Há poucos dias, a empresa de "leasing" que forneceu os aviões de longo curso para a LAM, a transportadora aérea de Moçambique, foi lá buscar o último avião, por falta de pagamento. Foi depois anunciado que a TAP, a transportadora portuguesa, iria suprir o vazio de aeronaves criado. A interrogação que ficou no ar era bem explícita: "Quem vai pagar?"

## A viagem que não houve no comboio que não apitou

PÚBLICO, 20.6.95

JÁ ESTÁVAMOS mentalizados para uma viagem de comboio que iria ter uma duração previsível de este horas. Trata-se de cobrir os 202 quilómetros que separam a cidade Chimoio (ex-Vila Pery) da capital de Sofala, a Beira. Seis litros de água, 12 bifanas que a D. Ester, da pensão Flor do Vouga, tinha arranjado na véspera, dois quilos de maçã. Tudo inútil. O comboio tinha descarrilhado na estação anterior, em Manica, a 80 quilómetros.

O chefe da estação de Chimoio mostrou os dentes todos, num sorriso aberto, quando lhe perguntaram se era possível comprar antecipadamente dois bilhetes para o comboio do dia seguinte, para a cidade da Beira. Comprar bilhete hoje? Não! Compra antes amanhã, quando o comboio estiver a chegar.

Mas... queríamos fazer uma parte da viagem com o maquinista. Pode ser? Ai o chefe deu uma gargalhada. Pode. Se houver. Se houver o quê? Comboio, respondeu o homem, divertido. No dia seguinte, meia hora antes do anunciado no painel dos horários, a sala de espera estava já com muita gente. A bilheteira estava fechada e nem sombra do funcionário. Quando se aproximou a hora prevista para a chegada do comboio, as pessoas foram-se dirigindo para a bilheteira, que continuou fechada. Transpirava uma sensação de se estar num país eternamente à espera. Adiado.

Toda a gente se comportava com grande naturalidade. Formaram-se duas filas frente às duas janelinhas da bilheteira. De um lado homens, do outro mulheres. Porquê duas filas? — perguntámos. Um homem riu-se e disse que era por causa "das mães da mulher". Quando se forma a fila ficam todos encostados uns aos outros e entre cada um não cabe uma mortalha de papel, quanto mais um atrevido que queira passar à frente. As

mulheres formam uma fila e os homens outra, cada um a respirar no pescoço do outro. Felizmente fomos os primeiros a saber que não ia haver viagem.

Já passavam dez minutos da hora prevista para a saída do comboio (10h55) em direcção a Inhanga e, depois, à Beira. Os passageiros ainda não sabiam que não ia haver comboio. Como as bilheteiras não abriam, perguntámos. O mesmo homem, sorridente, candidato a um bilhete para Inhanga, estação a meio do percurso entre Chimoio e Beira, explicou. "É assim. O homem já veio aqui contar as pessoas que estão a querer bilhete. Custa 19 mil meticais. Ele abre a bilheteira mesmo na hora do comboio chegar e as pessoas não vão querer perder... e vão a correr."

O que acontece, explicou o homem, é que nunca há troca na bilheteira. Os clientes preferem não perder o comboio e cada um lá vai deixando os suados mil meticais. Se a aritmética não falha, 20 passageiros equivalem a 20 mil meticais, significando que o homem da bilheteira almoça à borla e ainda sobra. Desde que haja comboio.

Desta vez não houve. Perguntou-se ao chefe da estação o que se passava. O atraso já era grande. Então o chefe explicou que havia obstrução na linha. Um eufemismo para dizer que o comboio tinha descarrilhado à saída da estação anterior, em Manica.

Tentámos obter informações. Ao meio-dia já se sabia que a "máquina-ocorro" já estava quase a partir de Manica para repor a linha em funcionamento. Sabendo-se que a noção de tempo ali no Índico é substancialmente diferente dos padrões europeus, perguntámos quanto tempo iria levar a reparação. A resposta veio pronta: "Talvez amanhã." Aquele talvez foi imperativo. Pegámos nos sacos, na água, nas bifanas e nas maçãs e fomos para outra luta, que era arranjar transporte terrestre até à Beira.

Naturalmente, voltámos à pensão Flor do Vouga. E lá esteve a D. Ester, agarrada ao telefone, a perguntar a amigos e a conhecidos por alguém que estivesse a pensar meter-se à estrada, em direcção à Beira. Ao mesmo tempo, debitava-nos um velho provérbio daquelas terras: "A esta hora — entre o

meio-dia e as 15 — só andam na rua os cães malucos e os ingleses..." Fauna agora acrescentada por dois frustrados candidatos a uma viagem de comboio.

Quando, já perto das 15 horas, surgiu o milagre e um fazendeiro que estava de partida para a Beira, viu-se ainda, na gare do Chimoio, os pacientes passageiros que esperavam o comboio que havia de aparecer vindo de Harare, no Zimbábue, com "trânsito interrompido a dois quilómetros de Manica, por efeitos de obstrução na linha", segundo o relato dos homens das comunicações, afanosamente empenhados em rodar a manivela de um telefone que a Telecom de Portugal não desdenharia ter no seu museu.

Duas horas e meia depois chegávamos à cidade da Beira. A porta do hotel foi altura de acalmar os nervos e praticar uma boa acção. Distribuir as bifanas e as maçãs pela miudagem que sempre está por ali e decobre nos "portugueses" uma certa tentação de solidariedade com os que passam fome. Decisão errada. Em segundos, a praca formigava e 12 bifanas e dez maçãs só suscitaram frustração, perante o retrato da fome, ali mesmo à frente.

Mais tarde, contado o episódio do comboio que não apitou a um alto funcionário dos Portos e Caminhos de Ferro, ele explicou-se. O engenheiro Ferreira Mendes, especialista em transporte ferroviário, contratado pela ONU, afirmava que há vários anos que contesta a utilidade do transporte ferroviário de passageiros. As vias não estão em condições (via estreita, do século passado), representando riscos acrescidos quando se trata de transportar pessoas. Mas, diz o técnico, trata-se de uma decisão política. Além de que a reabilitação das vias e do equipamento circulante vai envolver muito dinheiro.

César Camacho

*Transpirava uma sensação de se estar num país*

*eternamente à espera. Adiado. (...) Sabendo-se*

*que a noção de tempo ali no Índico*

*é substancialmente diferente dos padrões europeus,*  
*perguntámos quanto tempo iria levar a reparação.*

*A resposta veio pronta: "Talvez amanhã."*

*Aquele talvez foi imperativo.*

vinte anos de independências

MOÇAMBIQUE

# regresso ao passado

PÚBLICO, 21.6.95

*"O oficial dos Comandos recebeu um choque ao ouvir a palavra que classificava de colonialista o Exército a que pertencia, o som desagradava-lhe ao ouvido e isso acontecia mesmo quando a escutava na BBC para saber notícias de Portugal, não estava habituado à sua sonoridade, não fazia parte do seu vocabulário."*

(Carlos Vale Ferraz, "Nó Cego")

SUSTENTA que a guerra colonial e a descolonização constituem os aspectos mais importantes da História de Portugal nesta segunda metade do século. Faz parte da geração que fez uma e negociou a outra. É disso que Carlos Vale Ferraz fala nos seus livros. E da "aventura de correr o risco da vida e da morte". Sobretudo nos quatro primeiros romances: "Nó cego", em 1963; "ASP — De passo trocado", em 1965; "Soldado", em 1969; e "Os lobos não usam coleira", em 1991.

O primeiro livro, "Nó Cego", de Carlos Vale Ferraz, figura entre os

dois ou três melhores romances publicados em Portugal sobre a guerra de África. Usando como cenário os tempos da gigantesca operação "Nó Górdio", que decorreu entre 1 de Julho e 5 de Agosto de 1970 e envolveu oito mil homens, o autor assume na sua plenitude um dos lados da guerra — aquele onde situa o protagonista, um comando português mobilizado no Norte de Moçambique — sem nunca perder o respeito pelo inimigo, um e outro tentando matar para não ser morto. Não admira por isso que um dos mais entusiastas apoiantes do projecto do cineasta António Pedro de Vasconcelos na passagem (até hoje gorada) da trama romanesca a filme tenha sido... Samora Machel.

Carlos Vale Ferraz é o pseudónimo do coronel do exército, ainda no activo, Carlos Matos Gomes, um oficial de cavalaria com participação activa no movimento dos capitães e nas estruturas do MFA, nos anos de 1974 e 1975.

Colocado no Estado-Maior do

Exército, onde é neste momento responsável pelo projecto para a criação da aviação neste ramo das Forças Armadas portuguesas, Matos Gomes, 48 anos, natural de Vila Nova da Barquinha, conheceu os três teatros de guerra em África.

No dia em que celebrou 20 anos, era alferes e estava colocado no Norte daquela então província ultramarina, junto ao lago Niassa. Ali permaneceu entre Janeiro de 1966 e 1967. Dois anos depois, tenente, passou por Angola, sendo promovido a capitão (tinha 23 anos) para seguir de novo para Moçambique, onde comandou a primeira companhia de comandos. O 25 de Abril encontrou-o na Guiné, a assessorar as companhias de comandos africanos, além de participar em operações de tropas especiais em todo o território.

Foi ferido em combate na Guiné e recebeu a medalha da Cruz de Guerra de segunda classe. A Cruz de Guerra de primeira classe fora-lhe atribuída já, em Moçambique, por feitos em combate durante opera-

ções nas zonas de Mueda e de Tete, entre as quais a operação "Nó Górdio" e a defesa da barragem de Cahora Bassa, a partir de Chicó e de Estima.

Matos Gomes, aliás Carlos Vale Ferraz, foi convidado pelo PÚBLICO a revisitar o passado de expedicionário e a reviver a trama literária daí criada em Nampula, Pemba, Mueda, Montepuez, na ilha de Moçambique e, bem entendido, em Maputo, outrora designada por Lourenço Marques.

Foi este escritor-militar a primeira de uma série de personalidades a deslocarem-se às antigas colónias portuguesas nas proximidades da data de proclamação das respectivas independências. Com a iniciativa, pretendemos pôr em contacto com cada um dos novos estados alguém que a ele tenha estado ligado num passado longínquo e que as impressões (e/ou emoções) desse reencontro sejam dadas a conhecer aos leitores deste jornal através de um diário a publicar nos destacáveis que lhes vamos dedicar até ao fim do ano.

Assim, Carlos Vale Ferraz assinará nestas páginas, até ao próximo domingo, 25, data comemorativa da proclamação da independência por Samora Machel, em 1975, um conjunto de textos sobre o modo como viu Moçambique, 20 anos depois. Seguir-se-lhe-ão o general Adriano Lopes dos Santos, governador de Cabo Verde entre Março de 1970 e Fevereiro de 1974, e o brigadeiro António Pires Veloso, alto-comissário de Portugal em S. Tomé e Príncipe durante o período de transição que precedeu a independência, em 12 de Julho de 1975. ■

Adelina Gomes

## o capitão comando e os seus soldados

PÚBLICO, 21.6.95

César Camacho (texto)  
Luís Ramos (fotos)

NO RESTAURANTE Costa do Sol, em Maputo, estavam reservados 25 ou 30 lugares para um almoço de confraternização. Domingo, 4 de Junho de 1995. O encontro realizava-se a pedido de antigos combatentes, moçambicanos, que tinham servido às ordens de um inesperado, mas anunciado visitante, convidado do jornal PÚBLICO para participar no trabalho jornalístico que assinala os 20 anos da independência. Carlos Matos Gomes, coronel do Exército português. Ou, Carlos Vale Ferraz, escritor, autor de "Nó Cego", um livro que atenua os males da alma daqueles que participaram naquela guerra e sobreviveram.

Antes de o homem chegar a Maputo — chegasse ele como militar ou só como escritor — já havia rumores de fantasmas. O boletim de notícias "MediaFax", produzido por uma cooperativa de jornalistas que ganhou credibilidade por se bater pelas liberdades mais elementares, no tempo mais difícil, acendeu a primeira chama. Certamente à revelia do editor, Carlos Cardoso.

"Ao que chegámos!", exclamava-se no título do "MediaFax". "O coronel português Matos Gomes, antigo capitão da 1ª Companhia dos Comandos da operação 'Nó Górdio' chega no domingo a Maputo, no âmbito das comemorações do 20º aniversário da independência nacional. (...) Gomes vai ficar dez dias e será cartaz num almoço de confraternização dos ex-comandos (...), permanecerá cinco dias no

Norte e, em vésperas da sua partida, o ex-comando do 'Nó Górdio' pronunciará uma conferência na Associação de Escritores Moçambicanos (...). A vinda de Matos Gomes a Moçambique é patrocinada pelo jornal português PÚBLICO".

Lido assim, a seco, por "fax", aparenta que estamos perante o maior atropelo que o povo moçambicano alguma vez sofreu. Em Lisboa, houve alguma preocupação. Não fosse um almoço, passado entre pessoas que ficaram a dever a vida umas às outras, prejudicar a cooperação e os negócios entre Estados.

Óbvio que estavam lá, como profissionalmente deviam, a RTP e a Lusa. E o PÚBLICO, naturalmente. Um almoço de companheiros que não se apertavam a mão há mais de 20 anos, ainda por cima ex-comandos, parecia ter os ingredientes para um apetitoso conflito. Melhor ainda se por acaso houvesse porrada.

Azar! Nem o coronel Matos Gomes nem o escritor Carlos Vale Ferraz quiseram alimentar o fogo. O almoço, em vez de começar ao meio-dia e meia começou às 14h00. A praxe latina ainda obriga a sinais de distanciamento. Por isso, a gerência do restaurante mandou organizar o espaço das mesas em U. Cabeceira e braços. O convidado pediu às pessoas que se aproximassem quanto possível.

A esquerda ficou um coronel, do Estado-Maior das Forças Armadas de Moçambique. Um homem que sobreviveu à operação "Nó Górdio". Chegou lá e disse que "não podia dispensar a oportunidade de apertar a mão ao capitão". Ao coronel, emendámos

nós. "Vim apertar a mão ao capitão..."

A direita estava um civil. Também tinha pertencido à 1ª Companhia, do capitão Matos Gomes. Estava contente, este engenheiro civil, irmão de um ministro. Estava lá a dar a cara, pelo passado e pelo presente. E saiu-se com uma expressão que só ofende a quem não combateu. "O capitão, não sou capaz de lhe chamar coronel."

E o outro sorriu, olhos húmidos, com o prato, galinha à caçula, já servido, à sua frente. Falaram de quase tudo, embora se percebesse que evitavam falar da morte. A verdade é que estávamos a presenciar um acto de coragem invulgar.

Quase todos aqueles homens viveram em risco permanente. Primeiro na guerra. Depois, logo após a independência, as fotografias de cada um deles permaneceram mais de dois anos afixadas nos locais de trabalho, com a legenda "colaboraram com o inimigo colonialista". Um estigma difícil de carregar, nos tempos em que o regime moçambicano se orientava pela doutrina do socialismo de Leste, quando o revanchismo era uma atitude do quotidiano.

Estes homens tinham sido aluados por Portugal e eram prisioneiros desse passado em que, bem ou mal, acreditaram. Foram humilhados a todo o momento, até que Samora Machel decidiu pôr termo a essa tortura psicológica quando, um dia, num dos seus característicos comícios populares, gritou que "estavam cobradas todas as dívidas e todos eram moçambicanos".

Agora, 20 anos depois, estavam sentados à mesma mesa, revivendo es-

se passado que tinha em comum, o facto de ter sido incontestavelmente doloroso para todos. Mas estarem ali era também um sinal positivo. Sinal de que as feridas, embora lentamente, tinham sarado. Estavam ali a libertar-se dos "males da alma" com que a guerra infecta os seus intérpretes directos, os poetas, os soldados. Talvez tenha sido isso que o coronel Matos Gomes leu nos rostos marcados desses homens.

Deve ter sido mais importante esse encontro que a recusa da Associação dos Escritores Moçambicanos em ceder uma sala para uma conferência relativa aos 20 da independência. Uma recusa que teve como causa aparente esse mesmo encontro.

### O NORTE REVISITADO

A segunda etapa foi a cidade de Nampula. No hotel Tropical, ao pequeno almoço, o empregado olhava fixamente o coronel Matos Gomes. Mirava-o e ria-se. Tinha-o reconhecido. Lá se explicou. Tinha sido empregado na casa do general Kaúlza de Arriaga e, depois, na messe de oficiais. Quis fazer um cumprimento e disse: "O capitão está igual." Rimo-nos todos e fomos bater a cidade.

Na praça que separava os edifícios onde funcionou o quartel-general e o comando da Polícia Militar estava um alto pedestal de pedra. A enorme estátua de bronze, que representou um dos oficiais de Mouzinho de Albuquerque, repousava, embora em pé, à som-

Continua na pág. 8

crônica de viagem

Carlos Vale Ferraz



## As emoções da partida

É DIA 3 de Junho e estou prestes a partir. Passados tantos anos, preparo-me para voltar às montanhas mais escarpadas da minha memória e revisitar as grutas de que julgava já ter esquecido as entradas. Dou por mim a fazer as malas com mais inquietações e ansiedades do que as que sentia quando atirava para dentro do saco de bagagem, feito da lona verde dos regulamentos militares, os fatos camuflados, as botas de combate e o pouco mais que um jovem de vinte anos necessita para ir fazer a guerra naquela idade em que o desejo de aventura é mais tentador que a razão, e a curiosidade maior que a prudência de exigir respostas sobre o destino a que nos conduz aquele túnel por onde nos metemos.

Sinto à minha volta os perigos desta viagem contra o tempo que me propuseram e eu aceitei fazer. A experiência ensinou-me que o tempo é um monstro arrogante e invencível, mas aprendi também como ele despreza os mansos e os resignados a quem corrói a memória para os deixar na paz podre dos que não deixam rasto, e como ele aceita deixar-se ludibriar pelos rebeldes que ousam aproximar-se e espriar para além do seu manto de esquecimento, até reencontrarem os locais das suas antigas batalhas.

Sinto o perigo rondar à minha volta como quando me aproximava das bases de guerrilheiros do planalto dos Macondes, antes do assalto, mas sempre segui por trilhos estreitos, escolhidos por mim, e cá vou lutar contra o velho tempo e alguns novos fantasmas embotados e diligentes, como militantes recém-admitidos na seita. Cá vou, confiado na boa estrela que me fez sobreviver a três anos de guerra em Moçambique, a peregrinar por Niassa e Mueda, os Estados de Minas Gerais, crente na mesma estrela de boa vontade, a única, diga-se, que tem acompanhado a minha consciência.

As relações com o Moçambique que me preparo para rever foram sempre o excitante jogo de paixão dos primeiros amores. É agora, que estou prestes a reencontrar o objecto que me encantou, temo descobrir as rugas da velha amante e cair na lamechice. Tenho visto fotografias desse corpo dilacerado e ainda assim belo, mas na realidade, quando o tocar de perto, em que se terá transformado, que marcas lhe terão deixado o meu abandono, os novos amores, qual será a sua doença, e o seu humor, e o seu gosto pela vida?

É para um mergulho nas entranhas das cavernas percorridas durante os dez anos que a guerra durou naquela terra agora à distância de um salto de dez horas pelos então jovens da minha geração que me preparo. Quantos passaram por Mueda a caminho das Mocimboas, a da Praia e a do Rovuma, de Diaca, de Antadora, de Miteda, de Nangololo, quantos conheceram a abandonada Mutamba dos Macondes, ou suaram na Nangade que alguém, com a soberba dos ignorantes, quis transformar em chave que fechasse uma porta que nunca existiu entre os

macondes do Norte e do Sul do Rovuma, todos com os olhos vermelhos de cansaço, de poeira, de medo ao deixar para trás as cantinas do China e do Santos?

Quantos foram descarregados em Nampula à porta da sala de operações do Hospital Militar? Quantos tiveram a sorte de ver a Ilha de Moçambique? Que perguntas fazem hoje sobre esses locais de nomes adormecidos na memória, mas sempre a postos? Como estará aquilo, que fizeram o tempo e os homens dos abrigos, das casernas, das torres de vigia onde passaram dois anos, como estarão os bares onde se afogava a necessidade de acelerar o tempo em Laurentina e 2M? Que existe hoje naquela terra onde mal chegavam para dois anos de comissão logo queriam partir, da qual lhes resta uma lembrança de que poderia ser agradável, hospitaleira, prometedora, se não fosse a guerra?

Malas sobre a cama e a primeira dúvida é de novo sobre o tempo, agora no contexto do saber que tempo faz, porque os latinos designam do mesmo modo as condições atmosféricas e aquela noção de passagem que até Santo Agostinho reconhecia só saber explicar o que era quando não lho perguntavam. Será época de chuva ou de cacimbo? Quente ou frio? Uma tentativa para testar velhos conhecimentos: em Maio começavam as grandes operações e essas só se faziam durante a época seca. As grandes campanhas sempre se desenvolviam de acordo com o calendário, respeitando o ciclo de semear e de colher dos soldados-camponeses, pelo menos foi assim enquanto a guerra não se transformou numa fria disputa tecnológica. Estamos então na época do cacimbo, quando de noite se vestia uma camisola de lã e o impermeável aparecia de manhã coberto de humidade.

Acréscenta-se um agasalho às provisões e mais uns objectos úteis, uma navalha multiuso, em honra das velhas rações de combate Tipo E, o pó antimiticótico, um repelente de insectos e falta descobrir se ainda existe a Camoprime, os comprimidos de quinino que o enfermeiro distribuía semanalmente e que se evitavam tomar porque, em bom português, se dizia que tiravam o tesão. Mais duas garrafas de vinho, destinadas a acompanhar um bom reencontro de amigos, uns enchidos, para recordar sabores da terra distante, uns rebuçados para os miúdos que certamente aparecerão a estender a mão, a sorrir e a chamar-me amigo. Felizmente cabe tudo na mala e ela fecha, desde que me sente em cima da tampa.

Cá vou. A caminho do aeroporto o motorista pergunta-me qual é o meu destino. Quando lhe respondo Moçambique, vejo pelo retrovisor um brilho de inveja nos seus olhos. Ele confirma, tem inveja de mim, do que vou ver, pergunta-me pelo Santos de Mueda e diz-me que talvez o encontre. Esta é uma inveja que aquece o coração, ao contrário de outras, que o pretendem atingir. Na próxima manhã vou ver o Índico e isso faz-me lançar o que fica para trás das costas. ■

PÚBLICO, 21 6 95

# a chegada e o reencontro dos velhos "escorpiões"

PÚBLICO, 21 6 95

crônica de viagem

Carlos Vale Ferraz

DURANTE a maior parte dos anos que durou a guerra, os militares partiram para África dos casis da Rocha do Conde de Óbidos (só há pouco tempo, um livro do meu condiscípulo no Colégio Nuno Álvares, em Tomar, o Appio Sottomayor, me elucidou que o palácio onde hoje se encontra a Cruz Vermelha era dos ditos condes, que deram o nome ao local onde embarcavam os contingentes) e de Alcântara, em navios da Companhia Colonial de Navegação e Nacional, baptizados Império, Niassa, Pátria, Infante D. Henrique, Príncipe Perfeito, Vera Cruz.

Os que se destinavam a Moçambique tinham pela frente 30 dias de balanços e enjões na rota dos antepassados, que iniciaram a aventura do império sem imaginar os trabalhos em que meteriam os seus pobres descendentes para lhes segurar as últimas parcelas. O aliciante da História é que os homens julgam sempre estar a construir uma obra definitiva e o tempo encarrega-se de os desfazer, com o mesmo prazer que o mar sente ao destruir os castelos de areia. O drama é haver quem faça e lance guerras e mortes para os defender. O ridículo é vir disparar tiros de pólvora seca e fazer danças de guerra sobre a praia lisa que a maré deixou, depois de os ter varrido com a sua espuma.

No meu caso, eu iria tomar um avião das Linhas Aéreas de Moçambique, a companhia nacional que substituiu a DETA. Num salto sobre África, adormeci algures sobre o Sara e acordei perto de Harare, no Zimbabwe, as antigas Salisbúria e Rodésia. Preparo-me para aterrar no Maputo, a Lourenço Marques, que foi o meu primeiro destino. Novos nomes, um novo mapa. A história e a geografia mudaram, como já haviam mudado quando os nomes pelos quais eu tinha conhecido estas regiões lhes foram atribuídos. Como mudarão num futuro mais ou menos longínquo, mas inevitável. Dar novos nomes representa apenas o poder de quem domina a situação do momento. Acontece que os novos padrinhos se esquecem quase sempre de explicar que tudo tem um passado. Há 20 anos os homens da minha geração foram os actores e os testemunhas dos novos baptismos e, com a excepção dos inevitáveis representantes do que fica para trás, depressa nos habituámos a eles.

Quando o avião começa a baixar, é possível assistir ao nascer do Sol que avermelha as nuvens e se reflecte no verde da terra, deixando ver os pequenos tectos de colmo das palhotas cobertas por uma névoa de manhã fresca. A África profunda, dos camponeses rongas, xanganes, macuas, viven-

Continua na pág. 9

Continuação da pág. anterior

## o capitão comando e os seus soldados

bra de uma mangueira frondosa.

Nampula também tinha uma surpresa para Matos Gomes. Apareceram-lhe alguns dos seus antigos comandos. Um deles é proprietário de um camião e de um restaurante. O "capitão" lembrou-lhe algumas "pequenas patifarias" e o "cabo" acenava que sim com a cabeça. "Era fresco, o gajo..." Depois apareceu-lhe outro. Um homem de 44 anos, que passou quase metade da vida de arma na mão. Fez as duas guerras de Moçambique. A colonial e a civil. Diz ele que a primeira ainda era uma guerra civilizada. "A outra nem é bom lembrar..."

Deixamos Nampula com destino à cidade de Pemba, no outro tempo Porto Amélia. É a capital de Cabo Delgado. Procuramos as antigas instalações militares, as messes de oficiais. A uma esquina, bem no centro da cidade, deparamos com dois recentes módulos de latrinas. É uma construção recente. Rasteira. Tem os apoios para os pés com o desenho dos calcanhares virado para a rua. Explicam-nos que quando alguém vai ali "fazer o serviço", a céu aberto, fi-lo recatadamente, cara virada para a parede e rabo para a rua. Comentamos que no nosso tempo também era de cócoras, mas sempre se arranjava um tapume.

O Sol já aquece em excesso e é altu-

ra de interromper a peregrinação. Vamos à procura de um homem que foi militar em Mueda e consta que reside ali, na cidade. Dizem-nos que tem um restaurante, com um nome sugestivo: O Encontro. Entramos. Os dois homens olham-se e abraçam-se. Depois umas quantas cervejas. Cinco minutos depois, o Santos está convidado para nos acompanhar a Mueda. Ele até é conhecido por "o Santos de Mueda".

É, porventura, a fase mais silenciosa desta viagem. Quando o pequeno bimotor Islander sobrevoa, baixo, os contrafortes da serra Mapi, que foi um dos teatros da operação "Nó Górdio", até parece que a boca voltou a ficar seca. Sem razão. Lá em baixo, vê-se Macomia, a pequena vila de onde muitas vezes se saiu, noite cerrada, para esse jogo de morte que era cada surtida de caça aos guerrilheiros nacionalistas da Frelimo.

A diferença, hoje, está em que as povoações já são vistas do ar. Já não precisam de ser camufladas. Já não há guerra. Ainda há fome e muitas marcas da guerra. Mas há paz. O Paulo Maconde, que foi guia-batedor de pára-quedistas e comandos e a quem muitas mães devem a vida dos filhos, foi executado, em 1975. Contaram que não se quis ajoelhar. Era descendente de nobres macondes. ■



# um adeus a África

PÚBLICO, 21.6.95

QUANDO aconteceu o 25 de Abril, Julião não pensou que as coisas correriam como correram. Sabia que a descolonização ia acontecer e não a temia. Até achava que isso devia ter acontecido há muito mais tempo. Mas de outra maneira. Sabia que a história não apontava para aventuras como a de Ian Smith, em 1966, ali, na Rodésia ao lado. Nesse tempo, não se podia dizer que fosse um homem rico mas podia dizer-se que já era um homem importante.

Julião tinha influência na administração colonial porque, na zona onde vivia, quase tudo dependia da sua iniciativa. Eram os transportes terrestres, era o abastecimento de combustíveis, era a imensa e moderna estação de criação de gado. Tinha influência na comunidade negra por ser manifestamente contra a segregação racial. E os régulos, em particular o régulo M'Puzi, sabiam que era assim.

Escreveu cartas a quase toda a gente que podia influir no comportamento do país, em particular na economia. Uma delas, em 1976, a Almeida Santos, ministro da Justiça. Contava-lhe os indícios que já havia de desmoronamento quer da estrutura administrativa, quer económica. E que Chicualacuala (Malvénia) estava a ficar perigosamente longe de Gaza e de Maputo (Lourenço Marques). Não obteve resposta. Acha que ele talvez já nem se lembrasse onde era Malvénia, aliás, Chicualacuala.

Almeida Santos não terá ficado impressionado sequer quando, numa das cartas, Julião explicava que a única saída era, aos 53 anos, regressar às origens. Depois de ter gasto papel e fala com o poder intermédio da Frelimo, escreveu várias cartas aos principais dirigentes. A última foi para dizer que, na grande "machamba" de Chicualacuala,

ainda restavam três mil cabeças de gado, o sistema de rega funcionava, a frota de transportes e a maquinaria estavam em boas condições. Queria entregar tudo aquilo em "boas mãos". Em troca queria quatro autorizações de saída. Para si, para a mulher e para dois filhos, legalmente adoptados. Claro que suportava o custo dos bilhetes de avião. Ninguém se dignou responder. Nem o então ministro da Agricultura de Moçambique, Joaquim Carvalho, que Julião garante tratar-se, "apesar de tudo, de um excelente homem". Parecia que ninguém queria "receber" o valioso património que Julião queria entregar, de bandeja.

Na altura custava-lhe a entender que não quisessem receber uma fortuna. Mas acabou por perceber. Enquanto tudo aquilo estivesse sem "dono", era de quem primeiro chegasse e apanhasse.

Em 1946, com 22 anos, Amílcar Simões (Julião) tomou duas decisões. A primeira, casar com Nazaré Marques, também ela com 22 anos. Coisa para o melhor e para o pior. Quanto ao que fazer da vida, rejeitou as muitas promessas de sucesso no Brasil com que os padrinhos de casamento lhe acenavam. Disse sim à África. Nazaré não levantou objecções. Primeiro uma breve experiência em Angola, seguida de não menos breve regresso a Portugal. Finalmente a decisão de ir para Moçambique.

Os olhos, muito azuis, de Nazaré retomam brilho e vivacidade com a lembrança: "Quem alguma vez sentiu África nunca mais a esquece..." Também ela se deixa arrastar pelas recordações. Hoje, aos 71 anos, apoiada numa muleta, tem vontade mas já não sobram forças. "Quando lá me faltava al-

guém na padaria, eu ia amassar o pão, tender, até ia trabalhar com o forno. Quando me faltava alguém, fosse onde fosse, eu estava lá, a trabalhar, com as minhas mãos..." Passou maus bocados. "Foi a última mulher branca a sair de Chicualacuala. E as mulheres negras dançaram de tristeza por ela partir..." refere, enternecido o marido.

Pensou mais de uma vez em partir. Quando se percebeu que ia haver guerra para todos os gostos. Quase de um dia para o outro, em que gizou um plano. Era carregar máquinas, viaturas e pessoal (perto de 200 famílias) num comboio e passar a fronteira para a Rodésia. A locomotiva chegou a ser atrelada. Mas não partiram. Mandou descarregar tudo outra vez. Porque o seu capataz de confiança chegou à estação de caminho-de-ferro, em correria louca, a gritar que "estava a nascer o bezerro que ele estava a espera". Para Julião não era um bezerro qualquer. Era o resultado de uma tentativa de cruzamento que já levava mais de dois anos. "Ficou toda a gente zangada comigo, mas eu precisava de ver se havia resultados! E havia."

Só que naquele tempo (1976) ninguém parecia interessado na valorização de uma estação pecuária e bezerros eram bezerros, "fosse qual fosse o feitiço dos cornos". Comiam-se e pronto, mesmo que o touro de raça valesse milhares de contos. Eram as vésperas do adeus à África para o Julião, para a sua mulher, Nazaré, e para os dois filhos, António Manuel e Maria do Carmo.

Quando chegaram a Portugal, em Março de 1977, já não estavam alpinistas pelo sistema de apoio ao retorno de nacionais. Nesse domínio, estavam "fora de prazo". Um dia Julião foi ao jornal "Expresso".

Chegou à fala com o então subdi-

rector, Augusto de Carvalho, que já conhecia. Um dia de sorte. Quando chegou, ao fim da tarde de segunda-feira, dia em que a direcção e a redacção desenhavam o esqueleto da edição seguinte, constava das propostas de trabalho um encontro com o alto-comissário para os assuntos dos retornados.

O jornalista encarregado do contacto com o alto-comissário foi convidado a conhecer o Julião. Fizeram-lhe uma síntese da situação daquela família, deram-lhe o "projecto de integração" proposto pelo interessado e disseram-lhe para confrontar o alto-comissário com essa nova realidade, de alguém que tinha desembarcado em Portugal um mês depois da publicação do decreto que determinava a extinção da incómoda e estigmatizante condição de retornado.

O então alto-comissário, António Gonçalves Ribeiro, entendeu que "não há regra que não tenha excepção". Decidiu dar-lhes uma oportunidade. Tanto mais que o homem dizia que "não queria estacionar no Rosário". Três anos depois, a Quinta do Quinto, perto de Vale de Figueira, chamava a atenção. Era uma propriedade modelo. O próprio posto de transformação de energia foi construído por ele. Quando a saúde falhou, incluindo a cegueira num dos olhos, Julião aceitou uma proposta para vender a quinta. Tinha pago empréstimos bancários e subsídios de integração. Não perseguiu ninguém. Diz que se limitou a cumprir. Hoje está retirado, ali perto da Fundação José Relvas, em Alpiarça. Manifesta pena por, ao longo da vida, não ter lido poesia. Porque? "A poesia ensina a viver." Uma razão para insistir em ver publicados os seus versos, que contam a sua vida. E a vida de gente que passou pela sua. ■

Cláudio Camacho

Continuação da pág. anterior

## a chegada e o reencontro dos velhos "escorpiões"

do como os seus mais longínquos antepassados, aproxima-se, reconheço-a por momentos, mas não é para ela que me dirijo, porque me anunciam a aterragem dentro de momentos.

Excepto na América, os aeroportos parecem-me sempre próteses mal implantadas em esculturas antigas. Obras que nada têm a ver com algo que exista na terra onde os instalam. O do Maputo não escapa a este ónus de corpo estranho, apesar de ser exactamente o mesmo de há 20 e tal anos. Ao estilo da época em todo o Portugal, do Minho a Timor, parecido com o de Pedras Rubras, que também foi crismado, agora, Sá Carneiro.

A burocracia tem má fama em todo o mundo, mas a africana é famosa entre todas pela lentidão e arbitrariedade dos actos. Ninguém consegue entender para que servem os sucessivos controlos, registos, revistas, carimbos. Conhecendo um pouco de África, é fácil compreender que ninguém jamais verificará qualquer desses actos que os funcionários executam com rosto impassível e impenetrável a qualquer tentativa de explicação. Eles estão ali para fazer aquilo e é

tudo. Não adianta barafustar e muito menos irritar-se. O tempo em África é outro, esqueça-se as pressas e os horários. Apesar destes preconceitos de que ia munido, as formalidades foram breves. Só mais tarde teria a oportunidade de reencontrar esta máquina actuando em todo o seu esplendor.

Depois de passado o exame das barragens, já no exterior, tenho os primeiros encontros com alguns dos amigos que aqui se encontram e que aqui permaneceram, resistindo às convulsões da independência.

Ao reencontrá-los, perdem o sentido as perguntas que trazia para lhes fazer. Basta-me olhar para os seus rostos de homens por quem a História deste país passou com toda a violência. Antigos combatentes das forças de elite do Exército português, compreende-se que tenham passado por maus momentos. Mas temos um almoço de confraternização marcado para um restaurante de Costa do Sol, eles são hoje moçambicanos de corpo inteiro, alguns com cargos civis e militares importantes, alcançados à custa do seu esforço, do seu patriotismo, e não abdicam de exercer o seu direito ao passado

comum, sem ser para o celebrar, mas para o respeitar. É esta diferença a que alguns — os daqui, como os de Portugal, ficam sempre para trás na História a agitar fantasmas e a esgrimir contra moínhos de vento — não conseguem, ou não querem entender.

Em qualquer lugar onde encontre homens como estes com quem combati, sinto um orgulho emocionado. Contudo, hoje, aqui, no Maputo, participo num momento mágico, porque eles demonstram como os laços criados numa guerra puderam servir para os dotar do grande conhecimento da vida, da tolerância, da confiança no futuro que eles exibem.

Este almoço revela também a normalidade da vida no novo Moçambique. Quem se juntou foram os jovens que há 20 anos escolheram o escorpião como totem do seu grupo e a eles juntaram-se os seus sucessores. Ninguém sabe explicar a razão da escolha do lacrau, que, no emblema antigo trazido por um deles, me parece antes uma gamba. Também para testemunhar este acto serve a galinha à cafre e a cerveja Laurentina (por acaso, mazinha; tem de melhorar).

Critica-se a cerveja, mal fermentada, mas não há uma palavra de ódio, de rancor, de lóuor à guerra. Apenas recordações, querer saber de ausentes. O Ofinar, o nosso enfermeiro, conseguiu durante a guerra civil, ou a "segunda guerra", como se convencionou chamar à que se seguiu à descolonização, conduzir a porto seguro os doentes a seu cargo e está num hospital perto da Beira, o Victor trabalha na rádio em Nampula. Dou-lhes notícias dos de Portugal.

Vendo e ouvindo este homens vividos, cicatrizados, que me recebem de braços abertos, quando chego de mais de 20 anos de distância, não posso deixar de pensar como o destino lhes foi adverso e ingrato ao colocá-los do lado mau da História. Agora confiam e labutam. Tiramos um retrato à volta dos "escorpiões" presentes, para testemunhar as marcas que o tempo nos deixou.

Se se lembram, anoitece cedo em África. Está-se a meio da tarde na Europa, mas à beira do Índico será noite dentro em pouco. Amanhã é dia de trabalho, despedimo-nos e desejamo-nos felicidades.

Regresso ao Polana para descansar. ■

# seis histórias do país de samora

PÚBLICO, 22 6 95

D3 filha mais nova do fundador da Frelimo, a cantora e produtora Chude, ao percussionista Mano Zé, nascido no dia da fundação do Estado; de Alice e Ester, em Moçambique de pedra e cal apesar das raízes portuguesas, ao mestre de gerações de fotógrafos, Ricardo Rangel — eis um conjunto de histórias acontecidas nestes 20 anos de independência e a que não faltam os deliciosíssimos episódios dos intelectuais dez dias fechados numa vivenda com piscina para escreverem o hino nacional e do pianista português a compor, quase moribundo, a música que haveria de se ajustar à letra do hino da Frelimo.

## 1. NASCIDO A 25 DE JUNHO

AOS 20 anos, é um pessimista sorridente. Não admira, tratando-se de um emblemático representante da "geração do carapau", que sobreviveu aos negros anos do racionamento e se confronta hoje com o desencanto do "milagre capitalista".

João Nhacocane nasceu em Maputo no dia da Independência de Moçambique, terceiro dos sete filhos de um carpinteiro. Solteiro, vive em casa dos pais, no Chamanculo, à saída da cidade. O bairro é um emaranhado de fabriquetas, armazéns e moradias modestas como a dos Nhacocane, com oficinas no pátio, à sombra de grandes mangueiras.

Como os demais irmãos, a sua educação na escola foi de par com a aprendizagem do mister paterno. Uma e outra ficaram para trás, sacrificadas à música, a grande paixão da sua vida. Ele acha que a costela artística vem do lado da mãe, que costumava dançar em grupos folclóricos.

Herança forte, já deu: dos quatro rapazes, três são músicos. A vedeta, até agora, é o mais velho, Jorge César, cantor-compositor dos famosos Ghorwane e percussionista convidado da Companhia Nacional de Canto e Dança. Isaias, o irmão que lhe sucede, toca timbala (marimbas) numa banda que experimenta juntar electrónica e instrumentos tradicionais.

Mano Zé prefere a percussão, mas também toca viola. Tinha apenas doze anos quando tocou em público pela primeira vez, substituindo o baterista ausente, num bar do seu bairro. Gostaram tanto dele que o convidaram para ocupar de vez o lugar.

Actualmente, é percussionista do grupo cénico dos Caminhos de Ferro de Moçambique. Considera-se "limitado pela vontade dos outros, que têm os seus próprios projectos". O dele é constituir um trio de percussão com os irmãos, "para tocar jazz fusion".

Namora há seis anos com uma miúda estudante. "Existe confiança entre nós", explica, frisando que isso constitui excepção entre os jovens maputenes. Futuramente, espera casar com ela e ter crianças, mas com controlo. Reconhece a necessidade de planeamento familiar, muito embora afirme gostar "mais da tradição do que da vida moderna". Porque, na sua opinião, a sua geração "é pior que a anterior" e "cheia de confusão".

Nasceu por entre promessas de "amanhãs que cantam", com feijão e arroz, e carapau às vezes. Cresceu a colher com o mercado livre, "o bom, o da Coca-Cola". Depois, quando ele chegou, constatou que, "agora, que há coisas à venda nas lojas, não há dinheiro para as comprar".

"É uma geração sem esperança", diz ele. No entanto, quando chegou a hora das primeiras eleições democráticas, em Outubro do ano passado, ele não deixou de ir votar. Agora, acha que foi enganado, porque ainda não viu mudança. "As promessas não foram cumpridas."

Jose Nhacocane não entende nem se interessa por política, mas considera que devia haver "melhor entendimento" na sociedade. Para isso, acha que é preciso, antes de mais, "melhorar a educação".

Diz que gosta de fazer o bem, mas não frequenta igrejas, nem está muito certo sobre a existência de Deus. A salvação, se existe, é individual.

A dele, claro, é a música. ■ J.P.S.

## 2. HINOS E HINOS COMENDO

"VIVA, viva a Frelimo/ guia do povo moçambicano". Estes versos são cantados por toda a gente em Moçambique, governantes, funcionários, camponeses e, inclusive, pelos militantes e simpatizantes da Renamo e de outros partidos da oposição. Cantados desde a primeira hora em que Moçambique se tornou independente, há vinte anos, são os versos com que se inicia o hino nacional.

Composto em 1975 pelo maestro Cheman, um velho músico que estudou na Mússica Suíça, ao lado de outras figuras históricas do nacionalismo moçambicano, o Hino de Moçambique deveria ter sido substituído ainda antes das eleições. Na altura, abriu-se mesmo um concurso público, que mobilizou escritores e músicos muito conhecidos no país, mas o projecto acabou por ser adiado por razões políticas.

Não foi a primeira vez. Muito antes, em 1984, a Frelimo tinha juntado um grupo de escritores e músicos numa bela vivenda com piscina no bairro da Matala. Mia Couto, o poeta Rui Nogueira, Albino Magaia, Calane da Silva, Gulamo Kham ou o compositor Salomão Manhica, actual vice-ministro da Cultura, participaram na operação.

Durante dez dias compuseram sucessivos hinos, que sucessivamente foram recusados pelas "estruturas". Uns por razões políticas, outros por razões formais, outros simplesmente porque se mostravam inviáveis quando utilizados. "Por exemplo", recorda o escritor Mia Couto, "lembro-me de um cujo refrão era 'nossa pátria de heróis'; o coro cantava sempre 'nossa pátria de arroz'. Foi recusado."

A operação terminou sem sucesso. Tempos mais tarde, porém, Mia Couto foi acordado por um telefonema de Gulamo Kham. "Disse-me que tinha de se encontrar comigo, deu-me um endereço e eu fui. Parecia-me tudo muito misterioso. Ele estava à minha espera numa pequena casa, escura, com duas ou três divãs. Era a casa de um velho pianista português. 'O homem já criou o hino', explicou-me Gulamo Kham apontando o velho, 'agora é só fazer a letra'."

Nasceu assim não o Hino de Moçambique, mas o actual hino da Frelimo: "Somos soldados/ soldados da paz/ armados de esperança/ unidos contra a burguesia". Infelizmente, também este já está desactualizado. ■

José Eduardo Agualusa

## 3. ALICE, EDUCADORA POR VOCACÃO

FICOU em Moçambique por três razões. Por "amor à terra e às pessoas, por necessidade de ganhar a vida para educar os três filhos, porque também era preciso coragem para 'emigrar' para Portugal". É Alice dos Anjos Santos. Tem 69 anos. Toda a sua vida adulta foi profissionalmente ligada à educação. Foi bibliotecária no Liceu Pêro de Ansaia, na cidade da Beira, desde 1962 até 1978, ano em que foi convidada para professora de Trabalhos Manuais, na Escola Industrial e Comercial. Já eram tempos muito difíceis nessa altura.

Orgulha-se de ter feito uma inovação na disciplina de Trabalhos Manuais. Tinha que dar aulas a rapazes e a raparigas. "Não ia ensinar ponto cruz aos rapazes, não é?" Assim, arranjou três modalidades de trabalhos manuais para os

rapazes. Já que não dispunham de materiais suficientes nas oficinas, abalancou-se aos trabalhos em corda, sisal, em jardinagem e cerâmica. Resultou. Pelo menos, enquanto houve aulas o jardim da escola manteve-se um primor.

Estamos perante uma mulher de rosto suave, a transpirar ternura, com uns olhos quase cinzentos. Fala-nos no interior da sala de leitura da biblioteca do Centro Cultural Português, pela qual é responsável na cidade da Beira. A sala, que abre de segunda à sexta às 13 horas, estava cheia de estudantes. Adolescentes e adultos. É talvez o único lugar em Moçambique onde se fez algum esforço quanto à defesa da língua.

Ela executa o seu trabalho com gosto. "Estou habituada a procurar livros e documentos para estudantes. Quando aparecem aqui, dependendo das épocas do ano, quase adivinho o que procuram." A conversa volta à pergunta de partida. Nunca deixaram Moçambique. Os filhos não queriam partir. "Que pátria é que lhes ia dar, sem ser aquela onde nasceram?" — pergunta, com alguma emoção.

Hoje, o Miguel, mais novo, é arquitecto, vive em Maputo. O Norton, mais velho, também é arquitecto, vive na África do Sul. A Mabel, a do meio, é professora e está a acabar o curso de Educação Física. Alice lembra-nos que não foi fácil conseguir que os três filhos chegassem onde chegaram. No fundo, foram eles as três maiores razões para não ter saído de Moçambique. Apesar de ter saudades do tempo em que as janelas da sua casa não precisavam mais do que da rede que impedia a entrada dos mosquitos e outras incómodas espécies voadoras. "Hoje não tenho uma única mosca de janela sem grades do lado de fora."

Nota-se mágoa na voz, quando diz, com alma, "que este povo — moçambicano — não nasceu ladrão...". Desabafa que só pode ter sido "a fome e a guerra" a conduzir muita gente para os assaltos e roubos. Despede-se dizendo que continua a sentir-se feliz por lidar com estudantes. Atende mais de 200 por dia, de vários graus de ensino. "É pena — acrescenta — que em Portugal se dê tão pouca importância à cooperação no domínio do ensino, em associação com a manutenção da língua portuguesa." ■ C.C.

## 4. A "CASA" DE ESTER

"CÁ NASCI, cá casei, cá tenho vivido." Ester Maria Castro Gonçalves tem 32 anos. Nasceu na cidade de Chimoio quando ainda se chamava Vila Pery. Mal tinha feito 18 anos casou. "Desde 1977 até 1981 [o ano em que se casou] só havia duas moças brancas aqui, em Vila Pery." A mãe ficou viúva aos 36 anos, tinha ela cinco. O marido interessava-se pela frota de transportes de mercadorias e pela fazenda e ela toma conta da pensão-residencial e do restaurante que a mãe dirigiu, "enquanto teve saúde". Faz questão de dizer que não herdou a "residencial". Comprou-a à mãe, por 10 mil contos. Bom dinheiro, mesmo em 1990. Hoje diz-se mais que é a "Casa da Ester". Portugueses (e tanta outra gente) que precise de ajuda é a essa porta que vai bater.

Só no ano passado, pela primeira vez, se lançou nessa aventura de viajar por estrada desde Chimoio até Maputo. Dois mil e 400 quilómetros, sem novidade. "É uma viagem linda, apesar de não se poder viajar de noite." Nos seus 32 anos, veio a Portugal três vezes. A referência é quase para dizer que "há raízes que não se perdem". Faz-nos um convite, só recusado por questões de calendário: "Não querem ir ao Songo? É conhecido por cantinho de Portugal. As festas dos santos populares são mesmo assim, populares, com sardinhada e tudo..."

Tem um filho a estudar no Songo e outro na Beira. Vai lá todos os fins-de-semana para os buscar. A educação das crianças é o grande problema. Os programas de ensino são desactualizados. É

Continua na pág. 11



3 crônica de viagem

Carlos Vale Ferraz



# áfrica de cinco estrelas

PÚBLICO, 22.6.95

ULTRAPASSA-SE o porto do porque de estacionamento e entra-se num outro mundo, o mundo da África de cinco estrelas. Uma revista sul-africana de turismo, sobre a mesa do quarto, publica um artigo com o título onde está tudo: "Polana Hotel, esplendor colonial em Mogumbique". E depois no texto: "Não existem milícias ligadas como o Polana em África." Pois não. Dito e feito que exista mais algum.

Os sul-africanos recuperaram o hotel, o velho Polana cheio a novo e a dinheiro como um paquete de luzo recém-lançado à água. Os sul-africanos investiram nele e gerem-no, acreditam que o futuro será de bom lenço.

Faz agora exactamente 25 anos que entrou pela primeira vez no Polana. Tinha 24 anos e a inocência das noções ricas. Podia fazer tudo, era um jovem guerreiro que jogava a vida na rede. O Polana era só um bar, uma discoteca, um local de ver as mentiras do "beautiful people" da sociedade laurimbrina. Alguém me convidou para almoçar e estranhei o meu desprazo pela gastronomia requintada. Eu pensava noutros pratos mais urgentes. Ainda não chegara o meu tempo de apressar os pratos da boa mesa.

A família Jordán tinha uma das aldeias permanentemente. Os amigos tinham para a pimenta e o leite. Não se via um negro por aqui que não fosse criado. Embora entre os clientes apareçam agora já alguns africanos, esse ambiente um tanto "retro" mantém-se. Na cidade do Maputo subsiste uma atmosfera de saber viver e cosmopolitismo da velha Lourenço Marques e nenhuma revolução conseguiu eliminá-la. É a constatação de um facto que até os patrões sul-africanos do Polana reconhecerem quando escrevem nos seus folhetos: "Digam o que quiserem dele, até que é uma reminiscência das tempas coloniais, um lugar onde um novo sul-africano/leão se um novo-rico/ não tem o direito de estar, mas ele é único. O seu salão de chá e o seu bar continuam a ser, como eram, os lugares para ver quem é quem e para ser visto."

Vou tentar apressar esta minha estada para gozar o Polana. Chegou o meu tempo de o fazer.

Neste meu regresso a Mogumbique, não é possível escapar à luta contra o

grande inimigo que me levou o cobelo, me criou rugas e bolhas, me roubou amigos. O tempo desafia-me sob todas as formas e dispare sobre mim das locustas mais inesperadas. Logo na primeira manhã mordei-me uma emboscada e acordei-me com a claridade do sol da cidade da manhã. O tráfico das fúrias libertárias escondidas por conveniências que excedem o meu entendimento faz-me luz em Portugal até às dez e meia da noite e só dentro no Maputo da cinco e meia. Sinto-me tão confuso perante estas regras como perante as flutuações das taxas de conversão das moedas e o índice de desastres e subido das bolhas de valores de Tiquito ou Porto. De facto, estou à morte de poderes ocultos e que nunca me pediram para eu fazer. As democracias têm o pequeno defeito de não nos consultarem sobre o vultor do nosso dinheiro em cada dia, nem sobre as horas a que andamos. Mas é claro que têm a vantagem de nos informarem dessas nuances nos jornais das duas seguintes.

Mas não foram só as perturbações no religio clemente as responsabilidades por esta alorvada. A excitação do reencontro dos antigos companheiros e a ansiedade pelo visto das vistas aos primeiros lugares das memórias agitam-me muito mais, como antes da partida para as operações de combate. Não há nada que fazer a esta hora em que só os jornalistas do hotel desentendam as manguetões de rega sobre a rede das piscinas ainda iluminadas. Vou à janela e olho as coisas com a paciência. Consigo ver a Colónia do outro lado do canal, os velâtes que portem os regressos das passas e depois láto os jornas que trouxeram de Labona.

Deu por mim no Maputo a ler no "Expresso". Releia as memórias de Freitas do Amaral e o comentário ao que sobre as suas responsabilidades no imobilismo que conduziu à inevitável revolução faz Rui Patrício, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Marcelo Caetano. É um novo regresso ao passado. Desculpa-se ele com a falta de tempo para preparar a descolonização, um tempo que os "heróis do 25 de Abril" lhe retiraram. Imagino terem estes heróis considerado que, ao ritmo que as coisas seguissem, talvez o que julgou ser primeiro adagado negro de Mogumbique, o doutor Domingos Arvuca, pudesse ir comemorar os seus 80 anos no Polana, lá para

o ano 2000. Isto se não estivesse ainda impedido de exercer actividades públicas por motivos políticos.

Mas a esta visão optimista poder-se-ia contrapor uma outra menos favorável e penso num enredo de uma curta novela, com o título: "A Fortaleza Branca", imaginando o Polana cercado, orgulhoso, oprimido de resistências a lutar ainda contra a falta de tempo. Sempre o tempo, até o tempo de viver 20 anos com o cobelo metido na areia.

Na mesa ao lado da minha, o João Balar, naquela língua envolvida em que se procuram entender estranheiras de vulturas nacionalistas, na obra de um padre que está a construir uma escola para crianças sem famílias e desorientadas que a guerra criou e que necessitam de dinheiro e auxílios. A mesa de um hotel de cinco estrelas, a ideia parece ótima a estas funcionalidades de organizações internacionais de ajuda humanitária, cujas versatilidades e modernidades levam a maior parte da falta dos organismos, que depois são insuportáveis para as obras que elas em boa consciência aprovam, mas que não lhes pode diminuir o soldado, ou levadas de regresso a casa. Como deve ser difícil tomar decisões que têm tanto a ver com os nossos próprios interesses!

Alguns com amigos que trabalham em Mogumbique. Vieram até aqui com um pedo suas noções, começaram quase todos no domínio da cooperação portuguesa, depois entraram-se e criaram as suas empresas. Tem uma visão realista da situação do país. Nem por isso, nem inferno. As relações desta terra com Portugal devem-lhes mais do que algum dia elas esperam ver reconhecido. Mantêm e cultivam entre si amizades e convívios regulares. Depois dançam uma volta pela cidade. Algumas ruas são viáveis sinas daquilo que é a nova polidura-se-nha: reabilitação. Reabilitação de edifícios de rua, de actividades. No Bairro, é possível ver um cartaz de anúncio electrónico, com as horas e as temperaturas a luzir, embora sem grande rigor. Os serviços acontecem e apagam, as explorações enchem-se e vendem-se jornais nas esquinas e para todos os gostos. Dou uma volta pela Rua Arvuca, para maior saudade das dias (mas as noites que as dias) em que passeava pela confusão de todas estas duas portuárias de proxi-

tução e bebidas fortes. Aquela que o Presidente Samora Machel classificou como uma rua pequena e suja mantém algumas sinas de decência, mas também aqui se vêem sinas daquilo que também cabe na reabilitação: o "coberto" (Luso anuncia strip-tease multirracial).

Necessário de inovar dinheiro. A moeda nacional é o metical (MT) e as vulturas de Mogumbique aconselham-me uma casa de electrodomésticos para fazer o melhor comércio aos dólares. No jornal, publica-se uma tabela oficial de valores de moedas convertíveis, com o dólar a valer 8500 MT, mas dizem-me que no paralelo me farão nove e meia. Confirma, então, estrago os bilheteiros e as e-mails de dez mil meticalas com o volume de hipóteses. Garantem-me que não vale a pena contar. Está certo. Claro que não há recibos, nem registos, nem taxas. Li algures e há algum tempo que a base da construção das estados europeias que conhecemos foi a existência de uma administração que cobrasse impostos e de um exército permanente.

Penso como estas condições fariam as delícias do doutor Pedro Arraio e dos liberais e neoliberais da moda em Portugal. Como não tenho mais que o senso comum nestas matérias e o saber adquirido do ouvir as críticas no rádio, admito que o mesmo meze mecatónico de troca directa o futuro do sistema cambial, mas algo me diz que é um caminho à beira do abismo. Como me dizem que o exército é de apenas onze mil homens e o serviço militar voluntário, dezoito voluntários a melhor sorte para o futuro desta terra.

Já com dinheiro, posso ir juntar uns marcos de Mogumbique. Ao contrário do que vi há dez anos, a cidade está agora cheia de restaurantes. Vou descobrir que são mais caras do que a qualidade da cozinha e do serviço justificados, que falta sempre algum que coze e nunca uma exactamente o que se pediu. Sobre boa vontade e na dúvida o empregado dirá que sim a qualquer pergunta que se lhe faça.

Regresso ao Polana. Amanhã porto para o Norte. Para o Norte que sempre foi estranho e longínquo a esta capital bem instalada no extremo sul do país. Mas foi lá que se jogou o futuro que hoje se vive aqui. Deixem o há 24 anos. ■

3 1 0 26  
É AERO-ASIÁTICOS

Abolicionismo e memória das rebeliões  
do século XIX. O livro de António  
de Almeida, publicado pela  
Editorial 70, custa 1000 escudos.  
O livro de António de Almeida,  
"Abolicionismo e memória das rebeliões  
do século XIX", publicado pela  
Editorial 70, custa 1000 escudos.



# Moçambique procura independência económica

EXPRESSO, 24.6.95

**REFINALDO CHILENGUE**  
correspondente em Maputo

PASSAM amanhã 20 anos sobre a data da independência de Moçambique. A história económica deste período pode dividir-se em três etapas distintas, que culminaram com o surgimento de uma classe empresarial de «jacarés», embora ainda em fase embrionária, muitas vezes vítima de conflitos internos e supostamente ameaçada por «crocodilos» (empresários) externos.

Politicamente independente há 20 anos, Moçambique tem ainda pela frente uma longa caminhada a percorrer até atingir a independência económica. Apesar de alguns círculos de Maputo defenderem que, com uma gestão à altura e os recursos (naturais e humanos) de que o país dispõe, há muito que a antiga colónia portuguesa da África Austral seria uma potência económica, pelo menos a nível regional.

A primeira fase da economia moçambicana, imediatamente após a independência, durante a qual foi definido um programa de desenvolvimento inspirado num sistema de economia centralizada, voltou-se basicamente para os grandes projectos da rede agro-industrial do país. Foi nessa fase que se registaram alguns sucessos, momentâneos, devido à natural euforia provocada pela independência.

A situação foi, porém, afectada pelo modelo adoptado pelo regime e pela conjuntura político-militar nesta região do continente africano. Como resposta surgiu em 1987 o Programa de Reabilitação Económica (PRE), que parecia dispor de componentes suficientes para ultrapassar a crise. No entanto, cedo

▶ se constatou que pecava por marginalizar o lado social, daí que se acrescentasse o «S» (de Social) nesta campanha, passando a operação a designar-se por PRES, numa iniciativa que visava travar a degradação galopante do nível de vida das populações e que deu início a um ciclo de verdadeiro «salve-se quem puder».

## Actividade produtiva prejudicada

A terceira fase da economia de Moçambique está a decorrer, após a introdução da democracia pluralista no país, encontrando-se as novas forças vivas em profunda reflexão. E, embora a esmagadora maioria da população ainda esteja embalada numa filosofia de «cada um por si», uma boa parte já procura olhar para o futuro com alguma esperança.

Egas Mussanhane, um dos empresários «filhos» da independência de Moçambique, explora há sete anos a esfera agro-pecuária na província central de Manica. Em seu entender, «globalmente houve alguma evolução» desde que o país se tornou independente, excepto durante a «época histórica em que a visão das coisas era muito diferente da actual. O que era verdade há dez anos — observou —, não só em Moçambique como em várias partes do mundo, hoje é quase uma falsidade absoluta».

Na opinião daquele empresário, as políticas do actual Governo, em grande medida ditadas pelo Fundo Monetário Internacional, «não estão a trazer uma reanimação à actividade produtiva», mas a «desenvolver um sistema de ligação com outras economias», ao mesmo tempo que se crescem as importações ligadas a donativos, que «favorecem apenas os importadores e prejudicam os restantes agentes económicos».

Mussanhane recorda os tempos da pré-independência do país: «Temos empresários desde o tempo colonial, com lojas na periferia ou longe da capital do país, que hoje em dia não conseguem vender nada por falta de mercadoria e dinheiro.» No período colonial as suas lojas sobreviviam

porque um sistema de troca ligado à produção agrícola lhes permitia vender e voltar a comprar ao cantineiro (comerciante do interior). Inocêncio Matavel, abastado empresário desde o tempo colonial, aponta o dedo acusador ao partido governamental desde 1975 e frisa que o comportamento da Frelimo, após tomada do Poder em Moçambique, prejudicou o sector empresarial ao misturar a actividade empresarial com a política. «Em grande parte das actividades empresariais, particularmente as de relevo, os responsáveis eram designados mediante o seu engajamento político e não em função da sua capacidade empresarial», diz.

## O perigo dos «crocodilos»

Esta situação, aliada ao «combate à burguesia nacional», decretada pelas autoridades de então, deixou muitos quadros frustrados e originou a sua fuga do país. Daí em diante, para se ser empresário tinha que se ser um pé-descalço, sinal de que não se era «jacaré» e se pertencia ao povo, para não levantar problemas de classe no meio de uma sociedade embalada na onda da «luta revolucionária contra o capitalismo».

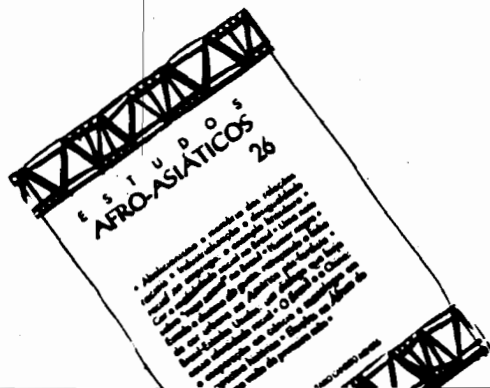
Hoje, os empresários moçambicanos estão numa frente de batalha embaraçosa. Num país em fase de profundas e multifacetadas transformações, os empresários locais, descapitalizados, encontram-se na contingência de fazer face a um ambiente empresarial novo: «Antes de se terem desenvolvido, os «jacarés» locais, que deveriam estar a crescer num viveiro, correm sérios riscos de ser comidos pelos «crocodilos» que estão a ser importados», remata Matavel, referindo-se à questão do investimento estrangeiro e das privatizações.

Não obstante a existência de vozes contestatárias, o Governo de Joaquim Chissano aparenta firmeza nos seus planos de acção, e as privatizações vão de vento em popa, abrangendo mesmo áreas há pouco consideradas (por razões políticas) pouco apropriadas para alienação, nomeadamente banca, sector eléctrico, transporte aéreo e companhia nacional ferroviária.

## UNITA reunida no Bailundo

A DIRECÇÃO da UNITA está reunida desde segunda-feira no Bailundo (província do Huambo) para analisar a proposta de atribuição de uma das vice-presidências de Angola ao seu líder, Jonas Savimbi, disse à Lusa um dirigente da organização em Luanda. O brigadeiro Urbano Chassanha, um dos chefes militares da UNITA e que faz parte da sua delegação à Comissão Conjunta, acrescentou que a reunião também deverá tomar decisões sobre o processo de desmobilização e incorporação dos seus guerrilheiros nas Forças Armadas Angolanas. Logo que haja conclusões, as conversações bilaterais Governo-UNITA deverão ser retomadas em Luanda. ■

PÚBLICO, 26.6.95







vozes em português

Carlos Lopes\*

# O cooperante Malan Djabicunda



PÚBLICO, 25.6.95

O escritório espiritual de Malan está instalado a uma distância curta da Praça da Figueira, em pleno centro de Lisboa, onde tem encontro regular a família imigrante guineense, para contar "passadas". O lugar serve tanto de correio oral como de clube social, e, embora tudo se passe ao ar livre, a intimidade das conversas faz de facto pensar que se está em casa de amigos.

Malan frequenta o grupo. Mas nunca disse que tem trabalho certo e bem remunerado; e que até conseguiu legalizar-se junto da polícia de estrangeiros. Se não anunciou o seu arranjo orgânico e porque sabe que a curiosidade e feroz que os guineenses não gostam muito de ver os seus e distanciarem-se nos rendimentos. Se um tem mais, o melhor é reparar, se não quiser isolar-se. Imagine-se a lata de um tipo que se põe a mostrar sem dar, quando dar é a mais importante forma de mostrar.

Malan já passou as passadas do Algarve. Trabalhou na construção da ponte de Vila Real de Santo António, onde, diz-se, morreu um compatriota entido no meio do betão de um dos pilares principais. Depois mudou-se para Lisboa, onde começou por arranjar um "sumi" na distribuição de jornais durante a noite. Foi sol de pouca dura, porque um colega, o Janota, conseguiu convencer o seu chefe, um ex-angolano, branco, daqueles que gostam do preto porque podem dar ordens em voz alta, de que ele era um ladrão. Ficou furioso com a acusação, mas sabe que a razão tem a ver com uma briga que teve com o irmão do Janota em Bembédica, faz já quase seis anos. Arranjou então um tacho de arrumar uma discoteca guineense, o que lhe dava trocos mais bem do que um salário, mas gostou-lhe algo importante.

Se havia clientes brancos, portugueses de gema, na discoteca que, embora não soubessem dançar música crioula, lá saltavam de alegria, é porque havia um interesse pelas coisas africanas. Começou a aproximar-se de alguns destes frequentes e depressa entendeu que estes tinham outros amigos que gostavam também de coisas africanas, mas não iam a discotecas africanas porque não sabiam dançar. Tímidos, portanto.

Uma muna, pensou. Pois Malan não demorou muito a perceber que a coisa africana mais mística e peculiar era o curandeiro. E toca de com-

par a oferecer consultas, sem ideias de como desenvolver o jeito. Aprendeu depressa porque começou a entender que precisava era de responder à ideia — mais do que à realidade — que as pessoas tinham do curandeiro africano. E de consultar andino e irregular passou a especialista.

Os únicos capazes de denunciar a aldrabice de Malan eram os próprios guineenses que sabiam que ele não tinha poderes nenhuns. Dai não estar muito interessado em revelar as suas actividades na Praça da Figueira. O negócio era tão bom que já tinha escritório e tudo. Claro que era num prédio maldonado e com a escadaria e as paredes em perigo de desaleitamento, mas isso até era bom para o cenário do curandeiro africano. Seria aceitável um curandeiro de fato e gravata num prédio de vidro e aço, pensava. Não fazia sentido. Ali naquele baco era mais típico e seu "bubu" azul indigo dava um ar respeitável à profissão.

Mandou imprimir cartões de visita com o nome Malan Djabicunda, mestre emérito, consagrado doutor em artes proféticas. O seu verdadeiro apelido não era Djabicunda, mas pensou que aquele nome, de uma tabanca mandinga da Guiné-Bissau, lhe iria dar sorte. E parece que acertou.

Os seus clientes eram todos portugueses e não tinham nada a ver com a malta africana. Recentemente tinha notado que o "Correio da Manhã" estava a publicar muitos anúncios de competidores especializados nas artes, alguns dos seus conhecidos da Praça da Figueira, que se auto-denunciavam desta forma. A ideia deste negócio estava a espalhar-se.

Havia três grupos de curandeiros: os autênticos, que tinham uma clientela mais guineense, os semi-autênticos (conheciam umas coisas e até adivinhavam em alguns palpites, talvez porque viram os verdadeiros), que se concentravam no mercado africano não guineense, e os falsos, que se dedicavam aos portugueses. Como os últimos pareciam ser os primeiros, em termos de massas, os outros contra-atacaram com anúncios nos jornais. Na verdade ficava mal aos falsos por o seu nome e fotografia no jornal. No mínimo, teriam de se esconder da malta da Praça da Figueira. Malan manteve-se pois circunscrito aos seus clientes e, através destes, foi alargando a sua rede sem interferir com a sua outra identidade junto dos compatriotas.

Como estava a residir legalmente em Portugal, mal juntou dinheiro suficiente lá decidiu ir à terra. Pensou ser uma questão de honra ir a Djabicunda, terra que lhe deu tanta sorte. Sabia que aí havia um curandeiro famoso que valia a pena visitar. Le-lhe oferecer cola e pedir-lhe apoio para o futuro. Sabia que ia custar uma nota "amarrar o destino" e também "proteger o sentido". Mas é para isso mesmo que se vai à terra.

Quando se sentou em frente do Homem-grande "Djambalos", estava a tremer.

Enquanto este mexia com as pedras, conchas e dinheiro, no cabez, foi franzindo a testa que transpirava o calor húmido de Agosto. A cada pergunta do "Djambalos" tentava responder com o mínimo de palavras:

- Onde moro?
- Terra de branco.
- Há quanto tempo?
- Cinco anos.
- É casado?
- Sim.

Aí o "Djambalos" parou e suspirou. Estava a trabalhar a alma. Logo lhe rematou:

- Mas a tua mulher tem problema contigo!

— Sim, disse Malan espantado com a certeza do velho. Não pôde ir para a terra de branco. Ficou em Bissau.

Agora começava o interrogatório a sério, e cada vez mais Malan sentia que tinha de dizer toda a verdade. Não podia evitar o olhar incisivo do "Djambalos" e por várias vezes ocorreu-lhe que ia ser dramático confirmar a este homem que ele era um desvirtuador da arte do curandeiro. Suores frios proibiam-lhe de se concentrar demasiado nas questões. Pensou nas mais incríveis artimanhas. Até que a pergunta insidiosa foi disparada:

- Que é que fizeste na terra de branco?

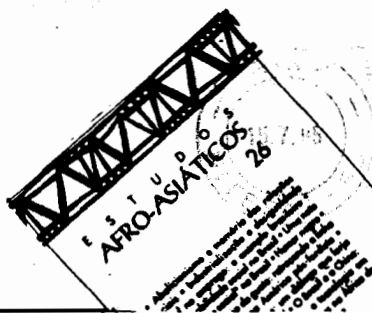
Malan sabia que tinha de dizer a verdade. Não valia a pena esconder a verdade. Sem hesitação respondeu:

- Sou cooperante. »

\* assilado guineense

## Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.



I M P R E S S O